



coletânea

ANEC

Comissão^{1,1} Própria de Avaliação **CPA**

MATERIAL IDEALIZADO PARA

Instituições de Ensino
Superior Católicas

James Pinheiro dos Santos (org)
Maria de Fatima Brito Durães
Magna de Souza Moreira
Denizar Alberto da Silva Melo
Maria Ines Corte Vitória
Marion Creutzberg
Vinícius Sittoni Brasil
Isabela Crespo Caldeira
Maria Aparecida Alves de Araújo
Daniela Adami Goes de Araújo
Yara Gomes Corrêa
Barbara Luiza Bertoldi
Marisa Claudia Jacometo Durante
Suzana Salvador Cabral Gianotti

COLETÂNEA ANEC¹¹

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Volume 4
1º edição

Brasília

Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC
2018



Conselho Superior

Ir. Irani Rupolo

Presidente

Pe. Mario Sundermann

Vice-Presidente

Ir. Claudia Chesini

Secretária



Conselheiros

Frei Gilberto Gonçalves Garcia

Conselheiro

Ir. Iranilson Correia de Lima

Conselheiro

Ir. Ivanise Soares da Silva

Conselheira

Pe. João Batista Gomes de Lima

Conselheiro

Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Conselheiro

Pe. Josafá Carlos de Siqueira

Conselheiro

Ir. Lioneide Brito da Silva

Conselheira

Pe. Maurício da Silva Ferreira

Conselheiro

Ir. Márcia Edvirges Pereira dos Santos

Conselheira

Diretoria Nacional

Ir. Paulo Fossatti

Diretor Presidente

Ir. Adair Aparecida Sberga

Diretora 1ª Vice-Presidente

Ir. Natalino Guilherme de Sousa

2º Vice-Presidente

Ir. Marli Araújo da Silva

Diretora 1ª Secretária

Prof. Francisco Angel Morales Cano

Diretor 2º Secretário

Pe. Roberto Duarte Rosalino

Diretor 1º Tesoureiro

Frei Claudino Gilz

Diretor 2º Tesoureiro

Secretário Executivo

Evandro Luís Amaral Ribeiro

Organização

James Pinheiro dos Santos


Revisão Ortográfica e ABNT

Paulo César Borgi Franco


Capa e Diagramação

Comunicação/ANEC

Agência Bear.



SEPN Quadra 516, Bloco D, Lote 09. Edifício Via Universitas, 4º Andar – Asa Norte
CEP 70770-524 – Brasília/DF – Fone: (61) 3533-5050 – Fax: (61) 3533-5070
E-mail: anec@anec.org.br – Home: <http://www.anec.org.br>



SUM

SUMÁRIO



ÁRRIIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	8
1. CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS PARA A CPA DESENVOLVER O TRABALHO COM EFETIVIDADE Maria de Fatima Brito Durães e Magna de Souza Moreira	10
2. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAIS: INTEGRAÇÃO E PROCESSOS DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA NA GESTÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES	22
Denizar Alberto da Silva Melo, Maria Ines Corte Vitória, Marion Creutzberg e Vinicius Sittoni Brasil	
3. RESPONSABILIDADE PELA PREPARAÇÃO DA AVALIAÇÃO IN LOCO E DO PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO	30
Isabela Crespo Caldeira e Maria Aparecida Alves de Araújo	
4. CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES, COMPOSIÇÃO E ESCOLHA DA CPA	34
Daniela Adami Goes de Araújo e Yara Gomes Corrêa	
5. EVIDÊNCIAS DA CONCEPÇÃO FORMATIVA DOS PROCESSOS AVALIATIVOS	38
Barbara Luiza Bertoldi e Marisa Claudia Jacometo Durante	
6. ROTEIRO ORIENTADOR DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	44
Suzana Salvador Cabral Gianotti	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	160

APRESENTAÇÃO

A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – ANEC, é instituição oficial que representa a Educação Católica no Brasil. A ANEC é uma associação de direito privado, constituída por pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter educacional, cultural, beneficente e de assistência social, ligada à Educação Católica no Brasil e reunida em comunhão de princípios com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e com a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB).

Com o intuito de dinamizar seus trabalhos e de subsidiar as Instituições associadas, foram criados os Grupos de Trabalho, junto às Câmaras de Ensino Superior, Educação Básica, Mantenedoras e a Coordenação de Pastoral, que são formados por membros das próprias Instituições. Estes, são espaços de participação direta dentro da estrutura da ANEC, tendo como objetivo central serem órgãos de assessoria e consultoria da Diretoria da ANEC, auxiliando esta, em seu processo decisório.

O grupo responsável por esta Coletânea sobre a CPA foi o GT de Procuradores/Pesquisadores Institucionais e Comissões Próprias de Avaliação, denominado GT de PI e CPA da ANEC. Ele tem como objetivo: promover debates, reflexões, assim como elaborar documentos e pareceres acerca das temáticas referentes às ações pertinentes à Procuradoria Institucional e à Comissão Própria de Avaliação.

Nesse sentido, agradecemos o excelente trabalho dos integrantes deste GT, pela produção científica e atualizada, deste material que aprofunda o processo de avaliação e autoavaliação institucionais.

Francisco Angel Morales Cano
Presidente da Câmara de Ensino Superior da ANEC

INTRODUÇÃO

Avaliação institucional no Ensino Superior é uma modalidade avaliativa, que visa a melhoria da qualidade das atividades acadêmicas.

A partir dos Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES ela se realiza em dois processos distintos, mas complementares. Um primeiro, por meio da autoavaliação institucional, isto é, pelo processo de produção de informações, monitoramento e reflexão sobre diferentes aspectos de dimensões institucionais relacionadas às práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão. O outro, pela Avaliação Externa, realizada por especialistas do MEC (INEP ou CAPES), que promovem o acompanhamento e regulação de cursos de graduação e de pós-graduação.

Nestes processos, a auto avaliação institucional é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e perante o MEC a CPA deve coordenar os processos internos para coleta de dados das diferentes dimensões do trabalho na universidade, sistematizar e analisar as informações para subsidiar as ações gestoras da Universidade.

Foi com o objetivo de subsidiar as CPAs das Instituições de Ensino Superior, associadas à ANEC, que este material foi pensado. Ele surgiu de diversas discussões do Grupo de Trabalho: Procuradores/Pesquisadores Institucionais e Comissões Próprias de Avaliação, que faz parte do conjunto de GTs da Câmara de Ensino Superior da ANEC.

O texto que segue foi estruturado da seguinte maneira: condições indispensáveis para a CPA desenvolver o trabalho com efetividade; planejamento e avaliação institucionais: integração e processos de inteligência estratégica na gestão de dados e informações; responsabilidade pela preparação da avaliação in loco e do preenchimento do formulário eletrônico; critérios de definição das atribuições, composição e escolha da CPA; evidências da concepção formativa dos processos avaliativos; roteiro orientador do processo de autoavaliação institucional.

Assim, espera-se que este material possa contribuir fortemente com os processos de autoavaliação das IES associadas, em suas Comissões Próprias de avaliação e com todas as pessoas que desenvolvem seu trabalho nesse âmbito.



CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS PARA A CPA DESENVOLVER O TRABALHO COM EFETIVIDADE

A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e está relacionada à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; e ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior.

Nos termos do artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), toda instituição de Ensino Superior, quer seja de natureza pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2004).

COLUNAS

Maria de Fatima Brito Durães

Possui graduação em Ciências Contábeis pela FCCJ-BA (1992). Pós-graduada em Administração Empresarial e Financeira, pela Universidade Federal da Bahia. Pós-graduada em Gerência Empresarial pela Universidade Salgado de Oliveira. Mestrado em Gestão e Auditorias Ambientais pela Fundação Ibero Americana. Atualmente é professora dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade La Salle de Manaus, Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis, Gestão Financeira e Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação da mesma Instituição.

E-mail: mariafatima.duraes@lasalle.org.br

Magna de Souza Moreira

Possui graduação em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis (2000). Possui Pós-Graduação em Ensino de Filosofia pela Universidade Católica de Goiás. Atualmente é professora - PV da Secretaria Estadual de Educação de Goiás. Leciona no Colégio da Polícia Militar de Goiás Polivalente Gabriel Issa. É Procuradora Institucional e Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Católica de Anápolis. É coordenadora do curso de Filosofia da Faculdade Católica de Anápolis e secretária da Fundação São Miguel Arcanjo, mantenedora da Faculdade Católica de Anápolis.

E-mail: magna@catolicadeanapolis.com.br

A CPA visa construir institucionalmente a cultura avaliativa e o autoconhecimento da IES, através do levantamento de dados, cenários e perspectivas que permitam o aperfeiçoamento das condições de ensino, pesquisa e extensão, dos processos administrativos e burocráticos e, ainda, de convivência Institucional e de relacionamento com a comunidade em geral. Responsável pela autoavaliação da Instituição deve considerar, obrigatoriamente, os cinco eixos, que são:

Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional

Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

Eixo 3 - Políticas Acadêmicas

Eixo 4 - Políticas de Gestão

Eixo 5 - Infraestrutura

Para cumprir sua missão, especificamente objetiva:

- a) Construir e estimular a adoção de uma postura de autocrítica da comunidade acadêmica;
- b) Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no âmbito do ensino da pesquisa e da extensão entre Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Diagnosticar as reais condições proposição e realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão;
- d) Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no âmbito da missão institucional entre Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico dos Cursos e as relações e compromissos formalmente estabelecidos com a comunidade em geral;
- e) Diagnosticar o real relacionamento estabelecido entre IES e comunidade;
- f) Responder às demandas das comissões externas de avaliação, no contexto do SINAES;
- g) Produzir conhecimentos e resultados que permitam apoiar a melhoria qualitativa e quantitativa do conjunto institucional em

direção a realização de sua missão, suas metas e objetivos.

Considerando que a avaliação é um processo contínuo, participativo com função diagnóstica, prognóstica e investigativa, todas as partes constitutivas da vivência acadêmica serão sujeitos desse processo: Direção, Docentes, Discentes, Corpo Técnico Administrativo e Instalações. É direcionada para sensibilização permanente, autoavaliação, a avaliação externa, o acompanhamento dos egressos da graduação no mercado de trabalho. Além disso objetiva aproximar, de forma coerente e eficaz, a proposta político-pedagógica do ensino, da pesquisa e da extensão, construídos cotidianamente. A avaliação Institucional focalizará os objetivos da Instituição, a organização didático-pedagógica, o corpo docente, a gestão econômico-financeira, os funcionários, as instalações e a relação da faculdade com a comunidade.

Balzan e Dias Sobrinho (2005) nos apontam que a avaliação se constitui numa dimensão imprescindível para as Instituições de Ensino Superior. Segundo esses autores (2005, p. 33-34),

a Instituição precisa saber, de forma permanente e integrada, quais são os valores dominantes nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e nas suas práticas administrativas. [...] é um exercício com forte sentido pedagógico que não só permite redefinir os projetos e prioridades essenciais da universidade, suas relações com a ciência, a tecnologia, as letras e as artes e suas interações com a sociedade, como também contribuir para a elaboração mais consistente dos diversos sentidos da instituição. [...] a avaliação deve ser uma atividade sistemática e permanente que resulte em uma compreensão global e integrada da Universidade, [...] de todos os aspectos e setores científicos, pedagógicos, políticos e administrativos.

As informações resultantes, em forma de conhecimento, proporcionarão o redimensionamento da ação pedagógica e educativa, apontando opções e caminhos confiáveis para a concretização das metas traçadas.

Esse processo deve se aprimorar continuamente, sendo objeto de preocupação por parte da Instituição, que proporcionará momentos de reflexão centralizados na avaliação institucional, auto-avaliação dos cursos e avaliações externas (autorização, reconhecimento, condições de ensino e renovação de reconhecimento). Para consecução dos objetivos, estas reflexões devem ser realizadas de forma rotineira, em momentos diversos e respaldada no diálogo entre a CPA e toda a comunidade acadêmica, assim entendida como dirigentes, coordenações, setores e serviços, professores, alunos, técnico administrativos. Esses encontros favorecem uma gestão colegiada e todos os atores institucionais são partícipes das decisões e, conseqüentemente, comprometidos com as ações e metas. “Essa ação deve ser transformadora pela participação de todos os envolvidos no processo educativo, em busca de um discurso próprio, da capacidade de autogestão, da criatividade cultural, da capacidade de invenção” (CAPPELLETTI, 1997, p. 97).

É salutar destacar que a Avaliação Institucional séria e comprometida é respaldada em Projetos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos claramente entendidos por todos os atores institucionais, os quais servem como elementos norteadores de todo o processo.

A avaliação não se define só em decorrência dos processos educativos. Ela é também uma estrutura de poder que conforma as instituições e as pessoas, atingindo-as nas suas subjetividades; tem relações com a divisão social do trabalho e com o mundo da produção. Entendida como processo, deve mobilizar as pessoas que a realizam para que os efeitos sejam eficientes e eficazes. Para isso é necessário um elemento de protagonismo dos sujeitos envolvidos e de equilíbrio entre as dimensões regulatórias e emancipatórias para que ela possa exercitar seu caráter educativo. Nesse sentido as perspectivas quantitativas e qualitativas

devem ser complementares e não antagônicas (CUNHA, 2003).

Apresentada a abrangência da Avaliação Institucional e, por conseguinte, da CPA, no arcabouço legislativo organizacional do INEP/MEC, alguns aspectos merecem atenção especial, pois tratam dos elementos relevantes e necessários para consecução de seus objetivos. Assim, neste capítulo, discutiremos as Condições indispensáveis para que a CPA possa desenvolver o trabalho com efetividade. Essas condições perpassam por diversas vertentes, caminhando entre instalações físicas, recursos humanos, materiais, equipamentos de informática e outros, dentre os quais destaca-se:

Autonomia

No sentido estrito, entende-se Autonomia como um termo de origem grega, cujo significado está relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência. O antônimo de autonomia é heteronomia, palavra que indica dependência, submissão ou subordinação.

Em Ciência Política, a autonomia de um governo ou de uma região pressupõe a elaboração de suas próprias leis e regras sem interferência de um governo central nas tomadas de decisões. É nesta vertente que se caminha, quando trata-se de autonomia da CPA.

A autonomia é a independência da CPA com relação à mantenedora e à gestão da IES. Esta liberdade está assegurada pela legislação vigente e é importante no processo avaliativo.

A CPA deve contar com a autonomia necessária junto à gestão para execução de seu trabalho. Não se trata aqui de uma rivalidade entre a comissão e a gestão, muito pelo contrário, deve existir uma relação de parceria entre a comissão de avaliação e a

instituição com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e a satisfação do aluno. Esta autonomia fortalecerá se aliada ao apoio no que concerne a infraestrutura física, tecnológica e também de recursos humanos disponíveis para os trabalhos da comissão própria. Assim, a CPA poderá realizar avaliações contínuas que sejam completamente eficazes e atendam aos anseios de toda a comunidade acadêmica. A autonomia da CPA deve fazer-se presente também na comunicação com comunidade acadêmica.

Planejamento, mapeamento e apropriação dos resultados e recursos existentes que coletam informações dos diferentes setores

Segundo a Lei nº 10.861, a avaliação interna ou autoavaliação é um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição (BRASIL, 2004). Para consecução de sua finalidade, coleta e sistematiza informações, analisa coletivamente os resultados, aponta formas de organização e administração, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, culminando com o estabelecimento de estratégias para resolução dos problemas. Esse processo deve perpassar por todos os setores e serviços, os quais necessitam entender a importância de se apresentar elementos e informações fidedignas, de forma que se possa obter uma visão clara e precisa da IES. Assim, precisa-se compreender a avaliação como um processo que exige dos envolvidos a coerência e honestidade de não ocultar os resultados desfavoráveis da análise. Não se pode conceber a avaliação como elemento de um processo de ocultação de fragilidades ou simulação de ações equivocadas por parte das IES.

Um aliado importante, quando se fala em Avaliação Institucional, é o setor de Ouvidoria. Ele acolhe e registra informações vitais para a análise da evolução institucional, repassando-as na

busca de solução para as questões apresentadas pela comunidade.

À vista dos aspectos apontados e pensando no alcance pretendido pela CPA, observa-se que, para se conseguir eficiência e eficácia no processo avaliativo, necessário se faz a realização de minucioso planejamento das ações, através de plano de trabalho que observe cronograma, distribuição de tarefas, assim como recursos humanos, materiais e operacionais.

Vale ainda ressaltar que os métodos, procedimentos e alcance do processo, devem ser pensados levando-se em consideração o porte, especificidade e contexto da Instituição, ouvindo a comunidade acadêmica, e em consonância com as diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Sensibilização

Segundo a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, um dos momentos cruciais para o desenvolvimento dos trabalhos da CPA é a sensibilização (BRASIL, 2004). Ela é o primeiro passo dado pelo SINAES como sugestão no momento da construção do projeto da CPA.

É de fundamental importância pensar em momentos de sensibilização que busquem o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros instrumentos. Esta preocupação deve se fazer presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações, pois sempre haverá sujeitos novos iniciando sua participação no processo: estudantes, membros do corpo docente ou técnico-administrativos.

Deve-se observar que a importância de a CPA apresentar, em momentos de sensibilização, o plano de ações previsto. Este

plano deverá, de acordo com a rotina da instituição, ser claro e aplicável. Não adianta elaborar um projeto extenso e utópico. É preciso maturidade na programação dos trabalhos, para que não haja o descumprimento daquilo que foi proposto, pois se isso acontecer repetidamente, os trabalhos com a avaliação poderão cair no descrédito perante a comunidade acadêmica.

Cultura da autoavaliação, estabelecendo comunicação com a comunidade acadêmica interna e externa

O fator comunicação com a sociedade é uma exigência do INEP. Este indicativo é tão importante que está fundamentado nos cinco eixos previstos no Instrumento de Avaliação Institucional: Eixo 1 - Planejamento e Avaliação; Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional; Eixo 3 - Políticas Acadêmicas; Eixo 4 – Políticas de Gestão; e Eixo 5 – Infraestrutura Física (BRASIL, 2004).

A boa comunicação com a comunidade acadêmica despertará o gosto pela avaliação, tornando o processo mais creditado e eficaz. A CPA deverá utilizar-se de métodos diversos para alcançar o público alvo. Cabe à Comissão uma análise prévia sobre os canais mais acessados pela comunidade acadêmica, como os sites institucionais, murais, boca a boca em sala de aula, slides, panfletos, informativos etc.

É importante destacar que os resultados obtidos a partir da avaliação da CPA, devem ser objeto de destaque na comunicação, de forma a demonstrar a importância da participação dos envolvidos no processo e a efetividade das ações da Comissão, em conjunto com o corpo diretivo. Desta forma, a cultura de avaliação será implantada e, aos poucos, a academia vai se acostumando com o processo e aprendendo a utilizá-lo como ferramenta de melhorias institucionais.

Envolvimento da comunidade externa, com efetiva parti-

cipação dos membros da sociedade civil

Os resultados obtidos durante o processo avaliativo precisam ser submetidos ao olhar externo, pois essa visão pode corrigir eventuais distorções de percepção produzidos pelos agentes internos, atuando como elemento crítico das ações da instituição.

Visando organizar internamente esse aspecto, uma das exigências do MEC é que a composição da CPA contemple membros da sociedade civil. Esta participação é importante justamente porque estes trarão o olhar externo que contribuirá para os trabalhos, pois às vezes, as fragilidades das IES não ficam evidentes aos olhos de quem nela convive.

Ainda é um grande desafio o envolvimento com a comunidade externa. Trazer os membros da sociedade civil muitas vezes não é uma tarefa fácil, uma vez que este trabalho é voluntário. Alia-se a isso o fato de que as pessoas são comprometidas também com outras atividades cotidianas

O processo de sensibilização é muito desafiador. A tarefa torna-se mais leve à medida que se consegue trazer pessoas que possuam vínculos emocionais e/ou afetivos com a Instituição, apresentando-os a necessidade desse olhar externo e comprometendo-os com a avaliação. Se deixar evidente a relevância dessa participação, garantir-se-á esta importante contribuição.

Responsabilidade e compromisso com o mandato da CPA

Normalmente, por não se tratar de um trabalho remunerado, existe a dificuldade no cumprimento do mandato, com a necessária responsabilidade, por parte dos membros da CPA. Sem dúvida, a escolha desses elementos é muito importante. Deve ser feita com critérios baseados na observação atenta ao envolvimento das pessoas na instituição, para que não haja a descontinuidade do trabalho durante o mandato, evitando prejuízos e

ineficácia nos resultados.

A avaliação eficaz não é uma atividade fácil, mas é possível, com boa vontade e dedicação, a realização de um trabalho de qualidade. Atendendo as condições objeto desta reflexão, o resultado fiel será possível e a avaliação poderá contribuir para a melhoria de toda a instituição.

É indispensável garantir a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a fiel observância aos prazos e na concretização das atividades, sendo necessário pensar na realização de reuniões ou debates de sensibilização; sistematização de demandas, ideias e sugestões; realização de seminários internos; composição dos grupos de trabalho, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica (BRASIL, 2004).

Essa missão só pode ser cumprida com êxito se houver responsabilidade e compromisso dos integrantes, com o mandato da CPA. Sem o envolvimento efetivo, nada será construído, e o projeto, instrumentos de avaliação e relatórios não passarão de “letra morta”, restringindo-se apenas ao cumprimento da legislação, sem garantir sua essência que é a de construir conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades, para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

Vale ressaltar ainda, que a inter-relação entre Dirigentes da IES, Procurador Institucional e CPA deve ser a tônica do trabalho, pois o envolvimento auxilia a construção do conhecimento gerado na avaliação. Evidenciar que há um amplo apoio institucional favorece o processo avaliativo, possibilitando que trans-

corra com a profundidade e seriedade necessárias, com vistas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional.

CAPÍTULO

2

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAIS: INTEGRAÇÃO E PROCESSOS DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA NA GESTÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES

A gestão das instituições de ensino superior (IES), pautada pelo planejamento estratégico, busca excelência acadêmica vinculada à missão institucional. A missão, por sua vez, depende, dentre outros elementos que a constitui, do perfil e da natureza da IES, o que acaba por justificar a expressiva diversidade no ecossistema universitário brasileiro.

Entendemos que seja qual for o perfil institucional de que se esteja tratando, a busca permanente de informação e de conhecimento acerca de si mesmo, representa a pedra angular de todo e qualquer processo de tomada de decisão no contexto da Educação Superior, pois acredita-se que a análise crítica e reflexiva dos anseios da comunidade acadêmica, oriundos dos processos avaliativos, se projeta na eficiência das ações administrativas, evidenciando forte correlação entre avaliação institucional e planejamento, numa perspectiva de inteligência estratégica na gestão de dados e informações.

Denizar Alberto da Silva Melo

Fisioterapeuta (IPA), Mestrado em Ciências Biológicas (Fisiologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutorado em Clínica Médica – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Pós-doutorado em Biofísica Celular pela Universidade de Barcelona. Avaliador do BASIS – INEP/MEC; professor titular da Escola de Ciências da Saúde da PUCRS, integrante da Assessoria de Planejamento da PUCRS – ASPLAN, Coordenador da Comissão Própria de Avaliação (CPA/PUCRS). E-mail: dmelo@pucrs.br

Maria Ines Corte Vitória

Graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil; Doutorado em Educação pela Universidade Santiago de Compostela (USC), Espanha. Pós-Doutorado pela Universidade Santiago de Compostela (USC), Espanha. Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da PUCRS. Gestora de Avaliação da Assessoria de Planejamento (ASPLAN) da PUCRS. E-mail: mvitoria@pucrs.br

Marion Creutzberg

Enfermeira (Unisinos), Licenciatura em Enfermagem (Unisinos), Mestrado em Enfermagem (UFRGS) e Doutorado em Gerontologia Biomédica (PUCRS), MBA em Gestão de IES (UCS). Decana Associada da Escola de Ciências da Saúde (PUCRS). Professora titular do Curso de Enfermagem (PUCRS). Integra a Comissão Própria de Avaliação (CPA/PUCRS), Procuradora Educacional Institucional (PI/PUCRS). Integra a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA (INEP/MEC). E-mail: marionc@pucrs.br

Vinícius Sittoni Brasil

Possui Graduação em Administração de Empresas; Doutorado em Administração com ênfase em Marketing pela UFRGS; Professor Titular da Escola de Negócios da PUCRS; Assessor de Planejamento e Avaliação. E-mail: vinicius@pucrs.br

Nesse sentido, avaliar significa atribuir valor ou qualidade e envolve a busca de informações de qualidade, análise que subsidia a tomada de decisão e o uso desta decisão na busca de melhoria do processo avaliado. Agrega-se à discussão o fato de que a avaliação institucional está associada também à resolução de conflitos e/ou dilemas oriundos de contextos que, justamente pela diversidade que congregam, exigem o exercício constante de respeito aos distintos conhecimentos, empatia no trato acadêmico e atuação solidária, princípios sob os quais deveriam se assentar todas as ações no âmbito universitário. Intrinsecamente, a avaliação deveria estar para além das exigências de regulação e de controle das IES por parte do estado, ou seja, necessitaria assumir o elevado potencial de promover mudanças e propor desafios com vistas ao melhoramento pedagógico, ao caráter formativo dos procedimentos adotados e à eficiência da gestão na política universitária: é disso que trata a avaliação e o planejamento quando assumidos como superação e atualização de nossos ideários pedagógicos.

A propósito das normas que regulam nossas IES, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, compreende três amplas dimensões: avaliação dos cursos, avaliação do desempenho dos estudantes e avaliação institucional externa e interna (BRASIL, 2004). Esta última congrega todos os processos de autoavaliação institucional, que devem contemplar os eixos: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física.

A partir desta natureza regulatória, pode-se dizer que a autoavaliação institucional proposta pelo SINAES, ao longo dos últimos 14 anos, alcança a puberdade com toda a vitalidade que costuma acompanhar esta etapa de desenvolvimento, incluindo-se aí os desafios e conflitos inerentes a qualquer processo de ama-

durecimento. Cabe lembrar que as IES brasileiras apresentam diferentes estágios de avanço na implantação da autoavaliação institucional e, provavelmente, a maioria delas ainda busca a consolidação de uma cultura de avaliação formativa e, assim como os adolescentes, também estão em busca da própria identidade e personalidade dos processos avaliativos.

Cabe dizer que essas considerações são oriundas de reuniões com diversas comissões próprias de avaliação (CPAs) realizadas pelo país – de norte a sul – em processos de avaliação in loco tanto de IES como de cursos de graduação, de encontros com coordenadores de CPAs em eventos como o AVALIES, de discussões regionais entre coordenadores de CPAs das instituições comunitárias pertencentes ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), de reuniões com coordenadores de CPAs de instituições confessionais filiadas à Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), ocasiões estas consideradas por, estudiosos da temática, ricas oportunidades de compartilhamento solidário de saberes.

Ainda sobre as prerrogativas e desafios das CPAs destacam-se: (1) a capacidade de transpor o processo de avaliação para os processos de gestão, de modo a realmente incorporar as diferentes facetas da avaliação ao planejamento e, sobretudo, às diferentes esferas da gestão (2) e a adequação de seus métodos e instrumentos utilizados nos processos avaliativos, possibilitando que os diferentes públicos da comunidade universitária possam manifestar suas percepções de forma ampla e democrática.

A precisão dos instrumentos avaliativos está relacionada à empatia com os diferentes públicos que participam da avaliação. Estruturar a avaliação a partir dos diferentes olhares, sentimentos, necessidades, convicções e formas de relacionamento que a persona a ser avaliada tem com o meio em que desenvolve suas

atividades universitárias. Diversos aspectos são atinentes às características das diferentes personas que encontramos na comunidade universitária e a adesão aos processos avaliativos permeia questões como: onde buscam informações? Qual principal equipamento utilizado para acesso à web? Qual modo mais utilizado para comunicação? A qualidade e quantidade de respostas para a mesma questão variam de acordo com os métodos utilizados.

Segue-se à necessidade de minuciosa análise das informações coletadas e a divulgação eficiente e criativa dos relatórios nos diferentes níveis de gestão da comunidade universitária. Os resultados devem oferecer indicadores úteis aos administradores universitários, caracterizados por alta relevância para responder às questões fundamentais de cada segmento da instituição, possibilitando ao gestor maior precisão na tomada das decisões e ações necessárias na busca por excelência e competência institucional. Outra característica dos indicadores é oferecer a possibilidade da mensuração do efeito das ações a curto, médio e longo prazo, o que favorece sobremaneira a agilidade na gestão de tais ações

Dessa forma, alinha-se com essa proposta de integração da autoavaliação institucional com a gestão da universidade, estando consciente de que assumir um processo em permanente construção, visto que prescinde de reflexões e propostas de mudança para a universidade, revendo e adaptando o que já se tem, às permanentes demandas advindas da realidade institucional. A propósito disso, pode-se pensar nos inúmeros fatores que afetam a personalidade institucional, dentre outros, os aspectos políticos, culturais, econômicos, sociais, comportamentais, além das expectativas da comunidade universitária cujos anseios fazemos questão de atender.

Nesse contexto, cabe a pergunta: de onde nascem os indica-

dores? O Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento, assim como o Instrumento de Avaliação Externa de Cursos de Graduação, constituem importantes fontes de inspiração para a definição dos indicadores e instrumentos de autoavaliação institucional. No entanto, as IES possuem características próprias, peculiares, concernentes a sua Missão, Visão, PPI e PDI. Portanto, a comunhão entre as estratégias de gestão e os instrumentos de autoavaliação institucional resultam na construção de indicadores para além da necessidade de atender aos aspectos políticos previstos no SINAES, disponibilizando informações personalizadas para as diferentes realidades institucionais.

A utilização efetiva dos resultados dos diversos instrumentos de avaliação depende da forma que esses são apresentados às diversas instâncias de gestão universitária. Considerando que os indicadores de gestão institucional devem ser abastecidos com os resultados da avaliação, entende-se que a busca de explicações para o comportamento dos indicadores institucionais deve ser analisada.

O rol de desafios interpostos pelo novo contexto de informação e conhecimento, tem levado os gestores a se atualizarem no manejo das novas tecnologias. No entanto, normalmente as IES dispõem de vários sistemas de coleta de informações independentes e que demandam tempo e muito treinamento para que estes dados aglutinados possam gerar conhecimento e informação. Estratégias como soluções de business intelligence (BI), que integram dados de diferentes sistemas de armazenamento, disponibilizando através de dashboards, apresentação das informações mais importantes e necessárias para alcançar os objetivos estratégicos, consolidadas e ajustadas para facilitar a compreensão, análise e acompanhamento, têm sido consideradas por gestores acadêmicos submetidos a ambientes saturados de informações.

Tem-se a exigência de conhecer os anseios da comunidade acadêmica, para que as ações resultem na percepção de retorno das solicitações e concomitante qualidade da educação. Alguns detalhes, como, ferramentas de análise de dados, modelos estatísticos, dados históricos da IES, resultados da autoavaliação, contribuem para tomadas de decisões com foco na eficiência dos resultados. Mas o cenário atual é ainda mais complexo. Diante da dificuldade em processar e assimilar a grande quantidade de dados gerados destaca-se a importância do BI para compreender uma geração de estudantes que nasce conectada e que se comunica e consome múltiplas fontes de informação de forma dinâmica.

As diferentes plataformas de BI podem acelerar o processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações que oferecem suporte à gestão. Engloba o conjunto de teorias, metodologias, processos, estruturas e tecnologias que transformam uma grande quantidade de dados brutos em informação útil para tomadas de decisões estratégicas.

Após a coleta de dados – que pode ser oriunda de processos auto-avaliativos e de outras fontes – o BI permite sua integração e cria um repositório central de dados. Com essa imensidão de dados, aplica-se a minuciosa análise, que objetiva explorar grandes quantidades de dados à procura de padrões consistentes para detectar relacionamentos e novos subconjuntos de dados a serem mapeados e extrair-se informações privilegiadas. As análises geram relatórios detalhados e dinâmicos em sistema de camadas que podem ser aplicadas para diferentes necessidades visando fortalecer o esclarecimento do cenário. O BI permite a aplicação de uma gestão estratégica integrada nas diversas instâncias da IES amplificando a gestão das informações na busca de conclusões que permitam a participação direta em decisões que promovam ações mais eficientes e resultados mais significativos para tomadas de decisões. A utilização do BI na área da educação per-

mite o acesso de informações precisas quando necessárias, incluindo uma visão em tempo real do desempenho institucional e das diversas estruturas congregadas na instituição de ensino.

As novas estratégias utilizadas para a evolução dos processos avaliativos e dos sistemas de suporte, devem prever um aperfeiçoamento e qualificação contínua das competências e habilidades dos gestores em ler, utilizar, compreender e aplicar o conjunto de informações disponibilizado em suas decisões, devidamente alinhadas aos objetivos estratégicos das Instituições. Considerando que os diferentes perfis de gestores universitários resultam em diferentes níveis de familiaridade e domínio das ferramentas de gestão, apenas novas ferramentas pouco contribuíram para o real avanço do sistema de avaliação, há necessidade de capacitação continuada para gestão de informações e estabelecimento de estratégias de ação.

A socialização sistemática de informações entre os estudiosos e gestores da área, os relatos de cases de sucesso, as discussões teórico-metodológicas, os eventos voltados especificamente para o tema da avaliação e planejamento, a pesquisa, a produção de conhecimento, a divulgação de novos conhecimentos e o diálogo destes avanços acadêmicos com a sociedade, podem constituir alguns dos passos que podem contribuir para uma formação cada vez mais consistente, que dialogue permanentemente com as múltiplas e contraditórias funções da Educação Superior, esboçando a necessidade de pensar no plural, em distintos formatos institucionais e modalidades de ensino, segundo as demandas socioeconômicas e culturais; com pautas internacionais que incluem a diversidade de modelos de instituição, a internacionalização, a educação continuada, a inovação, o empreendedorismo, a qualidade e a formação para a diversidade, para a tolerância e para a paz.

CAPÍTULO

3

RESPONSABILIDADE PELA PREPARAÇÃO DA AVALIAÇÃO IN LOCO E DO PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO

Para a organização dos pontos supracitados importante destacar acerca de necessidade de sinergia entre Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Procuradoria Institucional (PI), ambos representam instâncias da IES. O PI deve ter conhecimento sobre todo o fluxo do processo avaliativo. A CPA tem como papel principal de conduzir os processos de avaliação da Instituição, impulsionar, possibilitar e coordenar o processo de Avaliação Institucional. Para tanto durante preparação para as avaliações in loco (autorização e reconhecimento de cursos, credenciamento de IES) o PI e a CPA deverão coordenar os trabalhos respeitando as definições das Pró-Reitorias. São necessárias as ações a saber:

LO TRÊS

Isabela Crespo Caldeira

Possui graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1999), mestrado em Ciências Biológicas (Botânica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Ciências Biológicas (Botânica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Atualmente é coordenadora do Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, Presidente da Comissão Própria de Avaliação do Unileste (CPA). E-mail: icaldeira@p.unileste.edu.br

Maria Aparecida Alves de Araújo

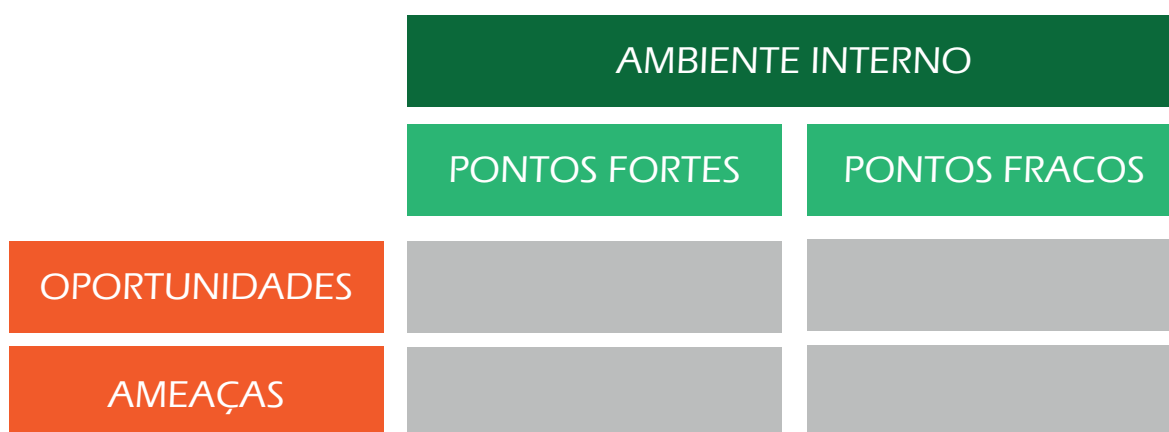
Mestre em Educação com Ênfase em Gestão Educativa pela Universidade Politécnica Salesiana de Quito; Pós-graduada em Língua Portuguesa pela UERJ; Pós-graduada em Educação a Distância pela UFF. Presidente da CPA da Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora (FSMA), Macaé, RJ, desde 2013. E-mail: cidamalvesa@gmail.com

Para preenchimento do Formulário Eletrônico:

- A CPA juntamente com a PI articula as ações entre os setores da IES (Pró reitorias, Núcleo de Desenvolvimento Pedagógico, Diretorias das escolas, Coordenadores de Curso).
- Organização de um grupo de trabalho envolvendo todos os setores institucionais para estudo do formulário – ação das Pró-Reitorias.
- PI e CPA realizam a divisão dos itens do formulário para o grupo de trabalho com diretrizes/prazos para organização de textos.
- Utilização de ferramenta de sincronização e compartilhamento de arquivos de para a produção de textos de maneira colaborativa. Todos podem acompanhar as produções, comentar, corrigir em tempo real.
- Findada a produção dos textos, as Pró-Reitorias realizam as correções e enviam para o PI inserir o documento no sistema e-MEC.

Preparação da visita - Avaliação in loco:

- Realização de uma análise preliminar (simulação de avaliação in loco) organizada pela CPA, para análise situacional da IES/Curso. Para essa análise preliminar será utilizado o formulário de avaliação em vigor.
- A partir dos resultados observados serão planejadas ações de saneamento das fragilidades encontradas. Definição de prazos e destinatários para as ações. (Uma análise SWOT seria uma ferramenta interessante - figura ao lado).
- A CPA acompanhará a execução dos planos de ação com levantamentos periódicos a partir de um cronograma de execução.
- Cabe à CPA a elaboração de um Relato Institucional que contemple os requisitos e que seja uma oportunidade de evidenciar a evolução institucional a partir dos processos e resultados da avaliação.



Fonte: Ferreira, 2017.

Organização da visita:

Findada a organização dos textos bem como o preenchimento do formulário, serão organizados os documentos para a visita in loco. Para isso são sugeridas as seguintes ações:

- Leitura acurada dos textos elaborados e triagem da documentação para composição das pastas para análise dos avaliadores - o grupo de trabalho designado pela Reitoria fará essa leitura.
- Cada responsável pelos textos apontará os documentos que evidenciam os itens descritos.
- Envio da documentação para um setor responsável (designado pela reitoria) Impressão dos documentos e organização das pastas.
- Organização da visita por meio de um cronograma que evidencie as potencialidades da instituição. Esse cronograma de visita deve ser organizado pela Reitoria, CPA e PI.

CAPÍTULO

4

CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES, COMPOSIÇÃO E ESCOLHA DA CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA é um órgão de representação acadêmica e não da administração da IES – Instituição de Ensino Superior. Cabe a CPA ser o elo entre o programa ou projeto de Avaliação da IES e o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Desta forma, as atribuições, a composição e escolha dos membros constituintes de uma CPA está regulada no Art. 11 da Lei nº 10.861/2004, a denominada Lei do SINAES, que diz:

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior (BRASIL, 2004).

Daniela Adami Goes de Araújo

Mestra em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Especialista em Ensino Superior pela Faculdade Baiana de Ciências, possui MBA em Gestão Executiva de IES pela Faculdade Maurício de Nassau, Bacharela em Administração pela AIEC – Associação Internacional de Educação Continuada e Bacharela em Informática pela Universidade Católica do Salvador. Cursando disciplinas como aluna especial do Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Coordenadora da CPA da Faculdade Social da Bahia – FSBA.

E-mail: dgaraujo@faculdadesocial.edu.br

Yara Gomes Corrêa

Doutoranda e Mestra em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins, mestra em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Portugal, Especialista em Políticas Públicas Educacionais e em Educação Ambiental no Ambiente Escolar, Licenciada e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade do Tocantins. Experiência como docente a vinte e cinco anos, dos quais dez no Ensino Superior. Presidente de CPA desde 2011.

E-mail: yaragcj@catolica-to.edu.br

Desta forma, cada IES deverá de acordo com o previsto no artigo acima citado da Lei do SINAES, constituir a CPA e elaborar o regulamento da Comissão para regimentar suas atribuições, composição e critério para a escolha dos participantes. É indispensável que esse documento esteja disponível para toda comunidade acadêmica.

A CPA deve ter garantida em sua composição representantes do corpo docente, discente, técnico-administrativo e da sociedade civil organizada, além é claro do Presidente da CPA, que em algumas instituições é denominado de Coordenador, que normalmente é designado pela Direção da IES. A escolha dos demais membros é preferencialmente realizada pelos seus pares, conforme regulamento, porém existem casos em que a composição é toda feita pelos dirigentes. O importante é que não poderá existir privilégio em maioria absoluta de um dos segmentos da comunidade universitária, como previsto na Lei do SINAES e que as regras de composição estejam claras no regulamento da CPA e que esta informação seja de domínio de toda comunidade universitária, visto que a forma de escolha dos membros é uma decisão individual de cada instituição.

Normalmente, as IES para compor a CPA seguem duas etapas, sendo a primeira a indicação pelos membros da própria CPA e em seguida, a nomeação em portaria pela Direção. Além disso, no regulamento podem ser atribuídos alguns critérios como: conhecimento sobre avaliação; inserção em mais de um curso ofertado pela IES, para garantir representatividade de todos os cursos; no caso dos docentes e representantes do corpo técnico-administrativo ter vínculo com a instituição de no mínimo um ano; e no caso dos estudantes está matriculado e cursando entre o segundo e o penúltimo semestre. O mandato dos participantes da CPA está estabelecido no regulamento de cada IES, podendo haver recondução.

Portanto, a CPA, atuando de forma conectada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a gestão acadêmica e administrativa, tem como finalidade possibilitar a oportunidade da IES refletir criticamente suas atividades, buscando a melhoria contínua das suas práticas.

5 EVIDÊNCIAS DA CONCEPÇÃO FORMATIVA DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o SINAES e a Comissão Própria de Avaliação (CPA), onde em seu Art. 1º. § 1º

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

Assim, entende-se que todo processo de melhoria passa antes por um diagnóstico avaliativo, com objetivo de conhecer onde está e onde se pretende chegar. Desse modo, faz-se mister entender o processo de avaliação, de modo específico, a avaliação formativa.

O CINCO

Barbara Luiza Bertoldi

Especialista em Gestão Executiva de Negócio e Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle - Canoas (2012), obteve experiência internacional cursando Relações Internacionais na Universidade Católica Portuguesa - Lisboa, Portugal (2011). Atualmente trabalha na Faculdade La Salle de Lucas do Rio Verde, onde atua como Assessora da Diretoria e Assessora de Relações Internacionais. E-mail: barbara@faculdadelasalle.edu.br

Marisa Claudia Jacometo Durante

Doutorado e mestrado em educação. Graduada em Administração, Psicopedagogia, Especialista em Planejamento Estratégico de Marketing, MBA em Gestão de Negócios. Coordenadora do programa de pós-graduação, pesquisa e extensão da Faculdade La Salle de Lucas do Rio Verde – MT.
E-mail: marisa@faculdadelasalle.edu.br

Perrenoud (1993, p. 180) defende que “toda avaliação formativa parte de uma aposta muito otimista, a de que o aluno quer aprender e tem vontade que o ajudem”. Nesse sentido, a avaliação formativa realizada através da avaliação institucional, parte igualmente da convicção, baseada em evidências de pesquisas, de que a intervenção planejada pela CPA pode criar um ambiente de aprendizagem para a instituição de ensino superior (IES).

A avaliação institucional contribui para que os saberes dos diferentes atores envolvidos na IES sejam incorporados e reconhecidos como legítimos, intensificando a qualidade das trocas intersubjetivas que ocorrem, empoderando os atores locais para a ação.

Efetividade da integração da avaliação com o planejamento, garantindo a transparência na comunicação das decisões

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Art. 2º

O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos (BRASIL, 2004).

No bojo do Art. 2º da referida Lei, observa-se que a gestão e o aperfeiçoamento das práticas de uma IES, atendendo aos critérios de eficiência e responsabilidade, requer trabalho sistemático e contínuo de coleta de um conjunto de dados institucionais que são processados e transformados em informações objetivas (BRASIL, 2004). Tais informações devem retornar às instâncias gestoras e aos diferentes segmentos docentes, estudantes e funcionários, propiciando uma visão abrangente do Plano de Desenvolvi-

mento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) para tomada de decisão e desenvolvimento de ações de aperfeiçoamento.

Esse processo de autoconhecimento tem se mostrado imprescindível ao planejamento e acompanhamento do PDI e envolve todas as instâncias acadêmicas e administrativas e os diferentes segmentos da IES.

Cabe ressaltar que o envolvimento da comunidade com os processos de avaliação como uma forma possível de contribuir com processos de mudanças e conquistas no trabalho cotidiano é sempre um desafio. No entanto, o processo de institucionalização de práticas avaliativas tem mostrado que, gradativamente, a comunidade acadêmica reconhece a importância da implementação de uma cultura avaliativa articulada ao planejamento.

Este reconhecimento se expressa tanto na adesão aos processos avaliativos como nas manifestações de resistência a eles. A escuta a tais manifestações tem possibilitado a identificação de nós críticos do processo avaliativo e a revisão/aperfeiçoamento de procedimentos.

Assim, a avaliação institucional - considerando seus resultados, análise e sugestões - devem ser parte integrante do planejamento estratégico da IES, subsidiando a alimentação dos indicadores, atingimento das metas e objetivos estratégicos.

No sistema de coleta de dados na avaliação institucional é importante ter como eixo central dois objetivos, respeitados as diferentes missões institucionais:

1) Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melho-

ria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional.

2) Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

Em termos práticos, o que se pretende é a construção da informação e sua análise, feitas com a participação dos segmentos da comunidade acadêmica e não acadêmica. Concluída esta fase, avança-se para a outra: o exame da coerência do PDI e PPI e sua realização, na qual a instituição avalia seus níveis de pertinência e qualidade, suas potencialidades e fragilidades, a partir das quais construirá uma agenda futura articulando objetivos, recursos, práticas e resultados.

Apresentação dos resultados e decisões, gerados a partir da avaliação

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Art. 2º “II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos” (BRASIL, 2004).

Toda avaliação necessita de um feedback. Com a avaliação institucional não é diferente. Os resultados são utilizados para aprendizagem organizacional, melhoria da qualidade e instrumentos de gestão.

Os resultados podem ser apresentados de diversas formas, tais como:

- Relatório impresso na biblioteca.
- Relatório inserido no site da IES.
- Relatório integral ou parcial no portal do aluno.
- Indicações em murais de resultados de cada dimensão/eixo.

- Placa indicativa das conquistas da CPA a partir do resultado das avaliações.
- Feedbacks da diretoria da IES sobre as decisões tomadas e ações realizadas a partir dos resultados.
- Apresentação dos resultados para os líderes de turma.
- Apresentação dos resultados para os membros do centro acadêmico (quando houver).

Promoção de encontros para a reflexão crítica dos resultados da avaliação, nas diferentes instâncias da comunidade acadêmica

Os encontros de reflexão crítica dos resultados da avaliação podem ocorrer por segmento da IES, sendo:

- Com a diretoria da IES, através de reuniões avaliativas do processo, dos resultados e das ações.
- Com o corpo docente, nas reuniões de colegiado de curso, entregando o resultado individual para cada docente.
- Com os membros do núcleo docente estruturante (NDE), discutindo o resultado geral do curso, o qual subsidiará a análise SWOT e elaboração do planejamento estratégico.
- Com o corpo administrativo, analisando as dimensões de gestão e políticas de pessoal.
- Com representantes discentes para discutir as dimensões 2, 7 e 9.
- Com representantes da comunidade civil para discutir os resultados das dimensões 3 e 4.

Recomenda-se que esses encontros ocorram anualmente, com cada segmento especificamente.

6

ROTEIRO ORIENTADOR DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este capítulo é uma proposta de roteiro orientador do processo de autoavaliação institucional, elaborado com base no Instrumento de Avaliação Institucional – IAI, nos termos da Nota Técnica 16/2017/CGACGIES/DAES (BRASIL, 2017b) e da Portaria nº 1.382/2017 (BRASIL, 2017c), a ser utilizado para dar efetividade ao processo de planejamento consequente à avaliação. A proposta tem por objetivo oferecer às CPAs uma metodologia para facilitar o processo de autoavaliação, em conformidade com a essência, os objetivos e as políticas e ações estabelecidas no PDI de cada Instituição e gerar um conjunto de evidências a serem compartilhadas com a comunidade acadêmica sobre os indicadores que integram as Dimensões e Eixos previstos pelo SINAES.

A proposta visa a contribuir essencialmente para que a avaliação interna cumpra seu papel de oferecer à Instituição um relatório analítico e crítico, por meio de evidências relacionadas aos objetos de observação dos indicadores de ava-

LO S E I S

liação e da identificação de potencialidades e fragilidades, especialmente em relação àquelas associadas às demandas da sociedade. Tem ainda como finalidade suplementar gerar subsídios para os procedimentos de comunicação interna e de verificação da qualidade da apreensão das informações pela CPA.

Suzana Salvador Cabral Gianotti

Graduada em Matemática pela PUCRS, é doutora em Engenharia da Produção pela UFRGS. Atuou por mais de 40 anos como professora de Estatística e nas áreas de avaliação institucional e planejamento estratégico de IES. Integra o BASis. Atualmente, é professora e coordenadora da CPA da Universidade La Salle, RS.

E-mail: suzanagianotti@gmail.com

Contextualização

Desde a aprovação da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, mediante sucessivos ciclos avaliativos, consolida-se definitivamente o processo de avaliação da educação superior como dinâmica de melhoria da qualidade de IES e de seus cursos de graduação (BRASIL, 2004).

O Decreto nº 9.235/2017, que substitui o Decreto nº 5.773/2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de IES e cursos de graduação do sistema federal de ensino, tornando essas três funções interligadas (2017a). Por meio da regulação são emitidos os atos autorizados decorrentes dos resultados das avaliações. A função da supervisão é zelar pela oferta dos cursos e criação de IES, e aplicar medidas sempre que esta oferta/criação não estiver de acordo com os padrões de qualidade. Por fim, a avaliação se configura como um processo formativo e se constitui como referência de qualidade tanto para regulação como para supervisão.

Ainda que independentes esses processos complementam-se e se encontram interligados para garantir o pleno funcionamento do sistema avaliativo previsto pelo SINAES.

A proposição de avaliação apresentada no sistema nacional considera sua articulação com o planejamento, bem como a necessária integração desses processos na gestão institucional. Assim, a avaliação institucional, orientada por uma perspectiva sistêmica, busca integrar a natureza formativa com a regulatória.

Conforme as perspectivas do componente avaliação institucional no SINAES, o processo oportuniza um espaço de análise e reflexão crítica das atividades implementadas em relação aos objetivos das finalidades ensino, pesquisa e extensão, das intenções

de responsabilidade social, das ações de atendimento aos estudantes e da gestão organizacional, de pessoas e da infraestrutura, possibilitando a identificação e a valorização dos fatores que contribuíram e dos que dificultaram o cumprimento dos objetivos a que cada IES se propõe e que está expresso em seu plano de desenvolvimento.

Ainda que o processo de avaliação previsto pelo SINAES atenda a um modelo padrão, sua aplicação pressupõe, todavia, respeito à identidade e à vocação de cada instituição. Esse respeito se expressa no reconhecimento da diversidade de formas com que as instituições operacionalizam suas finalidades de ensino, pesquisa e extensão, de como organizam suas estruturas para favorecer a gestão e de que modo promovem a participação da comunidade acadêmica nos processos de avaliação e de planejamento. O SINAES propõe uma avaliação institucional integrada por instrumentos e por processos, internos e externos, que se complementam.

A avaliação interna, compreendendo o conjunto de processos internos postos em prática para permitir um diagnóstico da realidade institucional e o autoconhecimento das potencialidades e fragilidades da IES, é desenvolvida sob a liderança de comissão constituída por cada Instituição, a Comissão Própria de Avaliação – CPA.

A avaliação externa, obedecendo aos ciclos avaliativos associados aos atos regulatórios definidos pelo Ministério da Educação – MEC, é realizada por comissões, cujos componentes integram o Banco de Avaliadores do SINAES – BASIS. Constituem-se por docentes com experiência em gestão e reconhecidos por suas competências e compreensão do funcionamento das estruturas que conformam uma instituição de qualidade.

O diagnóstico produzido pela avaliação interna é orientado pelo projeto definido pela Instituição, compreendendo os indicadores relevantes para seu processo de autoanálise, acrescido dos indicadores que integram os instrumentos de avaliação institucional e de cursos, associados ao SINAES. O processo de autoavaliação gera os relatórios postados anualmente no Sistema e-MEC e que representam os instrumentos-base dos processos regulatórios relacionados à Instituição.

A avaliação externa, orientada pelos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa, estabelecidos pelos órgãos competentes do Ministério de Educação, considera o Plano de Desenvolvimento da Instituição – PDI, os relatórios de autoavaliação inseridos no Sistema e-MEC e os padrões de qualidade para a educação superior traduzidos nos instrumentos de avaliação. A principal intenção da avaliação externa é verificar in loco, por meio da visita da comissão, o atendimento aos referenciais de qualidade dos indicadores associados às Dimensões e aos Eixos componentes do Instrumento de Avaliação Institucional.

Voltando à avaliação interna, o desenvolvimento do diagnóstico exige planejamento, estrutura de análise, observação de evidências, consulta ao sistema de informações e aplicação de pesquisas, para conformar análises evolutivas do desempenho institucional. A autoavaliação institucional não se limita a um relato de dados ou fatos ou a uma “leitura” da instituição. Compreende o entendimento da CPA sobre os referenciais de qualidade, os relatórios auto-avaliativos já realizados e os objetivos, políticas e metas presentes no PDI. A autoavaliação expressa o julgamento de valor da CPA, manifestado por meio de pontos positivos, fragilidades e desafios identificados, e contribui com a melhoria da qualidade institucional, na medida em que oferece subsídios aos processos de planejamento e de revisão do PDI.

Já os integrantes da comissão de avaliação in loco verificam, de alguma forma, a qualidade do trabalho realizado pela CPA. Ao acessar as informações fornecidas pela IES, examinar os documentos oficiais, visitar as instalações e realizar entrevistas com os diferentes segmentos do corpo social da instituição, incluindo a CPA, a comissão externa atribui um conceito vinculado às condições de qualidade da IES.

Em decorrência de legislação recentemente instituída, foram implementadas atualizações nos instrumentos avaliativos da qualidade das instituições e de seus cursos. Por meio da Nota Técnica 16 (2017b) e da Portaria nº 1.382 (BRASIL, 2017c), foi apresentado o novo Instrumento de Avaliação Institucional – IAI a ser utilizado nos processos de Recredenciamento Institucional e/ou de Transformação de Organização Administrativa, nas modalidades Presencial e a Distância.

O instrumento permite a apreensão geral dos diversos referenciais de qualidade das IES, que pretendem permanecer no sistema de oferta da educação superior, bem como facilita o trabalho das comissões durante as avaliações in loco. O Instrumento de Avaliação Institucional – IAI é a ferramenta dos avaliadores na verificação dos cinco Eixos que reúnem, por afinidade, as dez Dimensões do SINAES.

Cada um dos indicadores que compõem os Eixos que integram o instrumento de Avaliação Institucional é composto de três elementos: 1] o objeto de avaliação; 2] o valor de conceito – crescente entre 1 e 5; e 3] os critérios de análise, compreendendo os atributos que caracterizam a qualidade do indicador verificado e que estão associados a cada conceito.

Cada conceito deve estar associado a evidências para verificação in loco. Os critérios de análise dos indicadores foram estru-

turados de forma aditiva, considerando cada conceito do indicador. Para os conceitos **1** e **2** não há requisitos presentes no critério de análise do conceito **3** [em torno do qual se caracteriza a suficiência no tocante a cada objeto de avaliação]. O conceito **4** apresenta critérios aditivos em relação ao conceito **3** e o mesmo ocorre com o conceito **5**, em relação ao **4**, apontando, esses critérios aditivos, para atributos de qualidade que devem ser verificados in loco.

Conforme registrado no documento vinculado ao Instrumento de Avaliação Institucional, a inserção e/ou modificação de indicadores foram realizados em função da necessidade de novas abordagens, critérios de análise e atributos que caracterizassem o contexto emergente de oferta de educação superior, bem como da necessidade de otimização da compreensão e da interpretação objetiva dos critérios de análise por meio do acréscimo de atributos passíveis de verificação in loco.

Esse contexto oferece a base para a proposta a seguir.

A Proposta

Esta proposta de roteiro orientador do processo de autoavaliação institucional, desenvolvido a partir do Instrumento de Avaliação Institucional tem por objetivos:

- Capacitar e atualizar os integrantes da CPA e os demais integrantes da estrutura acadêmico-administrativa das Instituições de Educação Superior em relação à composição e aos indicadores e respectivos critérios de análise presentes no novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa, recentemente aprovado e disponibilizado pelo INEP.
- Oferecer uma proposta metodológica que oriente o processo de planejamento de ações que respondam às fragilidades identificadas pela CPA, durante a efetivação da autoavaliação institucional.

- Preparar a Instituição para o processo de Recredenciamento Institucional na perspectiva da consecução dos objetivos e metas integrantes de seu PDI.

Esta proposta compreende o conjunto de 50 [cinquenta] planilhas, a seguir apresentadas, associadas respectivamente a cada um dos indicadores que integram o Instrumento de avaliação institucional. A organização das planilhas parte do descritor do critério de análise de cada indicador correspondente ao conceito muito bom [associado ao valor 5].

O critério de análise é desdobrado, considerando o conjunto de atributos de qualidade apontados no seu descritor e transformado num conjunto de perguntas, cujas respostas devem estar associadas a evidências verificáveis pela CPA.

O processo de autoavaliação realizado pela CPA compreende, então, dois momentos.

O primeiro momento consiste em colher as percepções da Comissão quando formulam as respostas às questões propostas, devendo as manifestações se traduzir em atribuição de valor, entre 1 e 5, conforme a escala apresentada, Quadro 1, e em registro de evidências que corresponda inequivocamente ao valor atribuído.

Quadro 1: Escala de critérios de para atribuição de valor às percepções

VALOR ATRIBUÍDO	CRITÉRIOS DE ANÁLISE PARA ATRIBUIÇÃO DE VALOR
1	Não existem evidências do objeto observado
2	Foram relatadas frágeis evidências do objeto avaliado
3	Foram apresentadas suficientes evidências
4	Foram apresentadas muito boas evidências do objeto avaliado
5	Foram apresentadas excelentes evidências do objeto avaliado
N	Não se aplica ao processo

Na sequência, observando o conjunto dos valores atribuídos às evidências registradas, a CPA estabelece por consenso o conceito ao indicador. O conceito de cada indicador será um valor discreto no intervalo de 1 a 5. Esse procedimento será replicado para cada um de todos os indicadores de uma mesma Dimensão e mesmo Eixo. O valor atribuído ao Eixo é produzido por meio da média aritmética simples dos valores atribuídos a cada indicador componente de um mesmo Eixo, assumindo um valor contínuo no intervalo de 1,00 a 5,00. Após a geração de valor ao primeiro Eixo, é possível iniciar o segundo momento da proposta.

O segundo momento da proposta consiste na análise crítica e na proposição de ações que possam contribuir na redução das fragilidades identificadas ou na apresentação de novas perspectivas a serem contempladas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional. O posicionamento coletivo deve ser justificado pelo destaque de pontos positivos que contribuíram para a atribuição de conceitos 4 ou 5 na autoavaliação do indicador e pelo registro das fragilidades que merecem a atenção em termos de intervenção e/ou de implementação de ações corretivas, quando os conceitos configuram valores iguais ou inferiores a 4.

Concluído o posicionamento da CPA em relação a todos os Eixos é determinado o conceito interno, correspondente à Autoavaliação acompanhado de relatório que deve consubstanciar o processo de planejamento da Instituição para o ano subsequente. Esse conceito é obtido pela média aritmética ponderada dos valores gerados em cada um dos cinco Eixos, considerando respectivamente os pesos: 0,1 [10%] para o Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional; 0,3 [30%] para o Eixo 2: Desenvolvimento Institucional; 0,1 [10%] para o Eixo 3: Políticas Acadêmicas; 0,2 [20%], para o Eixo 4: Políticas de Gestão; 0,3 [30%] para o Eixo 5: Infraestrutura Física. O valor desse conceito interno correspondente à Autoavaliação, produzido anualmente, pode caracterizar

um dos indicadores de gestão institucional.

O Decreto nº 9.235/2017 trouxe novos parâmetros de organização e em relação à dinâmica na oferta de cursos das IES. Em especial, trouxe possibilidades às instituições que possuam Conceito Institucional [CI] maior ou igual a 4 nos processos de avaliação in loco, realizadas por avaliadores externos (BRASIL, 2017a).

Por isso evidencia-se a qualidade do trabalho da CPA e a necessidade de os gestores conhecerem os processos avaliativos para garantir bons resultados e a estabilidade institucional. Também é necessário que as lideranças institucionais se debruçam sobre os relatórios autoavaliação da CPA e, a partir deles, revejam as estratégias de ação.

Por fim, considerando os dois Eixos com maior atribuição de peso na avaliação institucional [Eixo 2: Desenvolvimento Institucional e Eixo 5: Infraestrutura Física, ambos com peso de 30%] é recomendável entender a necessidade de o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, refletir objetivos e metas desafiadoras, mas exequíveis, de apresentar políticas institucionais relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, à gestão e às demais dimensões indicadas no instrumento de avaliação bem definidas, implementadas e apropriadas pela comunidade acadêmica e de a Instituição disponibilizar de uma infraestrutura que cumpra as regras de acessibilidade e que atenda às necessidades descritas no Projeto Pedagógico Institucional, às especificidades dos Cursos e às necessidades dos estudantes.

A seguir, as planilhas que integram a proposta.

EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

INDICADOR 1.1: EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DO							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se e como o Relato Institucional desenvolvimento e divulgação dos processos internos, demonstra a implementação	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O histórico da evolução da IES é resgatado e apresentado de forma sintética no Relato Institucional?</i>							
<i>O Relato Institucional apresenta uma análise do histórico de desenvolvimento da IES?</i>							
<i>O Relato Institucional apresenta a evolução dos conceitos de avaliações externas?</i>							
<i>O Relato Institucional apresenta as formas utilizadas para desenvolvimento e divulgação dos resultados dos processos de autoavaliação?</i>							
<i>O Relato Institucional relata plano de melhorias a partir das avaliações externas e internas?</i>							
<i>O Relato Institucional apresenta como os resultados dos processos de autoavaliação e de avaliações externas integram os processos de gestão da IES</i>							
<i>O Relato Institucional demonstra a implementação de ações efetivas na gestão da IES decorrentes dos processos de autoavaliação e de avaliações externas?</i>							
<i>O Relato Institucional contém evidências para demonstrar a evolução institucional?</i>							
<i>O Relato Institucional é do conhecimento dos gestores, docentes, colaboradores e discentes?</i>							

ONAL [PESO DO EIXO: 10 PONTOS PERCENTUAIS]

OS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

institucional analisa e sintetiza o histórico da IES, os conceitos obtidos por avaliações externas, o processos de autoavaliação, o plano de melhorias e processos de gestão, a partir das avaliações externas e ação de ações efetivas na gestão da IES, evidencia a evolução institucional e é apropriado pelos gestores, docentes/colaboradores e discentes.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 1.2: PROCESSO

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se há processo de autoavaliação acadêmico-administrativa de melhoria

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O processo de autoavaliação institucional atende às necessidades institucionais?</i>							
<i>O processo de autoavaliação institucional é considerado instrumento de gestão?</i>							
<i>O processo de autoavaliação institucional é considerado instrumento de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional?</i>							
<i>Os segmentos da comunidade acadêmica são sensibilizados a participar do processo de autoavaliação institucional?</i>							
<i>Os gestores e integrantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica se apropriam dos resultados do processo de autoavaliação institucional?</i>							
<i>A comunidade acadêmica discute os resultados do processo de autoavaliação institucional?</i>							

DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

o institucional e se o mesmo atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação institucional, com evidência de que todos os segmentos da comunidade acadêmica estão sensibilizados e se apropriam seus resultados.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 1.3: AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se há processo de autoavaliação acadêmico-administrativa de melhoria

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O processo de autoavaliação institucional ocorre com participação da sociedade civil organizada?</i>							
<i>Como ocorre a participação da sociedade civil organizada no processo de autoavaliação institucional?</i>							
<i>O processo de autoavaliação institucional ocorre com participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica?</i>							
<i>O processo de autoavaliação institucional compreende instrumentos abrangentes e destinados a todos os segmentos da comunidade acadêmica?</i>							
<i>Há acompanhamento dos índices de participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional?</i>							

INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

o institucional e se o mesmo atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação institucional, com evidência de que todos os segmentos da comunidade acadêmica estão sensibilizados e se apropriam seus resultados.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 1.4: AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AV...							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se e como os resultados divulg...	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>Os procedimentos utilizados para a divulgação dos resultados dos processos avaliativos internos à comunidade acadêmica são adequados?</i>							
<i>As análises, informações e resultados da autoavaliação institucional estão acessíveis à comunidade acadêmica?</i>							
<i>A discussão dos resultados dos processos avaliativos internos com a comunidade acadêmica ocorre de forma adequada?</i>							
<i>Os resultados e a análise crítica decorrente do processo de autoavaliação são apresentados e discutidos com a equipe diretiva da IES?</i>							
<i>A discussão dos resultados dos processos avaliativos externos com a comunidade acadêmica ocorre de forma adequada?</i>							
<i>As consequências da discussão dos resultados dos processos avaliativos internos e externos com a comunidade acadêmica são percebidas?</i>							

AVALIAÇÕES EXTERNAS: ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

dados, referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são analíticos e apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 1.5: ELABORAÇÃO

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se e como os relatórios de autoavaliação parciais e final previstos no plano

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>Os relatórios de autoavaliação atenderam a previsão de postagem para cada ano do triênio, conforme a Nota Técnica 065/2014?</i>							
<i>Os relatórios de autoavaliação estão de acordo com a previsão de planejamento da CPA?</i>							
<i>Os relatórios de autoavaliação possuem clara relação entre si?</i>							
<i>Os relatórios de autoavaliação impactam o processo de gestão da instituição?</i>							
<i>Os relatórios de autoavaliação impactam em mudanças no Plano de Desenvolvimento da Instituição - PDI?</i>							
<i>Os relatórios de autoavaliação e promovem mudanças inovadoras na Instituição?</i>							
<i>O Relatório está organizado com ênfase nas reflexões e proposições de ação relativas aos cinco Eixos, contemplando as dimensões do SINAES?</i>							

CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

As avaliações estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio [considerando os relatórios de desempenho da CPA], se possuem clara relação entre si, se impactam o processo de gestão da instituição e se promovem mudanças inovadoras.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 2.1: MISSÃO INSTITUCIONAL, METAS E OBJETIVOS							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se e como a missão, os objetivos, a extensão e de pesquisa, [esta última] todos	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
A Missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI?							
O PDI expressa políticas de ensino para a graduação, para a pós-graduação lato sensu e para a pós-graduação stricto sensu, nas modalidades de oferta presencial e a distância?							
O PDI expressa políticas de extensão e de responsabilidade social?							
O PDI expressa políticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural?							
O PDI expressa políticas voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural?							
O PDI expressa políticas voltadas à defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial?							
O PDI expressa políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social?							
O PDI expressa políticas institucionais para a oferta e desenvolvimento de produtos na modalidade a distância?							
O PDI expressa políticas institucionais para implantação de Polos de apoio presencial para a oferta EaD?							

OBJETIVOS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

As metas e os valores da instituição estão expressos no PDI, se comunicam com as políticas de ensino, de pesquisa, considerando a organização acadêmica, se traduzem em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

Continuação Indicador 2.1

<i>O PDI expressa políticas de gestão institucional?</i>							
<i>Os objetivos e as metas institucionais presentes no PDI são coerentes com a Missão e os valores da Instituição?</i>							
<i>A Missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão articulados com as políticas de ensino?</i>							
<i>A Missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão articulados com as políticas de extensão?</i>							
<i>A Missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão articulados com as políticas de pesquisa/iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural?</i>							
<i>Os objetivos e as metas institucionais são percebidos [por meio de] e se traduzem em ações institucionais internas e transversais a todos os cursos?</i>							
<i>Os objetivos e as metas institucionais são percebidos pelas ações institucionais externas, por meio dos projetos de responsabilidade social?</i>							

--	--	--

INDICADOR 2.2: PDI, PLANEJAMENTO DIDÁTICO-INSTRUCIONAL

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5							Avalia se há alinhamento entre o PDI e favorecem o atendimento educacional pós-graduação, com incorporação de av
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As políticas de ensino de graduação presentes no PDI estão alinhadas aos objetivos e metas institucionais?</i>							
<i>As políticas de ensino de graduação presentes no PDI consideram os métodos e as técnicas didático-pedagógicas?</i>							
<i>As políticas de ensino de graduação consideram as metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado?</i>							
<i>As políticas de ensino de graduação consideram os métodos e as atividades de avaliação da aprendizagem?</i>							
<i>O PDI considera a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância?</i>							
<i>Os métodos e técnicas didático-pedagógicas que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação evidenciadas nas práticas de ensino de graduação?</i>							
<i>Os métodos e técnicas didático-pedagógicas que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação evidenciadas nas práticas de ensino de pós-graduação?</i>							
<i>Os métodos e técnicas didático-pedagógicas que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação incorporam avanços tecnológicos e o incentivo a interdisciplinaridade?</i>							
<i>Os métodos e técnicas didático-pedagógicas que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação podem ser evidenciadas nas práticas e em ações reconhecidas como exitosas ou inovadoras?</i>							

AL E POLÍTICA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO

a política de ensino, considerando os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, metodologias que especializado e as atividades de avaliação, que se traduzem nas práticas de ensino de graduação e de avanços tecnológicos e com metodologias que incentivam a interdisciplinaridade, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 2.3: PDI, POLÍTICA E PRÁTICAS DE PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se há alinhamento entre o PDI e o desenvolvimento artístico e cultural, verificando o alinhamento de linhas de pesquisa e de trabalho

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As políticas e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural presentes no PDI estão alinhadas aos objetivos e metas institucionais?</i>							
<i>As políticas e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural estão voltadas à produção e à interpretação do conhecimento?</i>							
<i>As políticas e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural estão associadas a linhas de pesquisa e a linhas de trabalho transversais aos cursos ofertados?</i>							
<i>Os resultados das práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural presentes no PDI estão a mecanismos de transmissão e comunicação para a comunidade?</i>							

TÍFICA, DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL

*com a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvi-
a existência de práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento, a existência
transversais aos cursos ofertados e de mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.*

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 2.4: PDI, POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se o PDI apresenta políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial?	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O PDI descreve políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural?</i>							
<i>A Missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão articulados com as políticas e com as ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória e patrimônio cultural e da produção artística?</i>							
<i>A Missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão articulados com as políticas e com as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial?</i>							
<i>As políticas voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural se traduzem em ações?</i>							
<i>As políticas institucionais voltadas à defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial são traduzidas em ações afirmativas?</i>							

MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL
DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

As institucionais que se traduzem em ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da cultura e do patrimônio cultural, e como se articulam com ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 2.5: PDI, POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5					Avalia se há alinhamento entre o desenvolvimento econômico e social e as condições de vida da população e condições de trabalho		
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>A Missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão articulados com políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social?</i>							
<i>As políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social se traduzem em ações que resultam na melhoria das condições de vida da população?</i>							
<i>As políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social se traduzem em ações de inclusão e empreendedorismo?</i>							
<i>As ações voltadas para a melhoria das condições de vida da população, de inclusão e empreendedorismo, são consideradas exitosas ou inovadoras?</i>							

AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL

PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das ações de inclusão e empreendedorismo, estão articuladas aos objetivos e valores da IES, e a promoção de ações se apresentam reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 2.6: PDI, POLÍTICAS INSTI							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se a política institucional pa institucional com o projeto pedagó	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As políticas para a oferta e desenvolvimento de produtos na modalidade a distância consideram o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico destinado a sua utilização?</i>							
<i>As políticas institucionais para a oferta de produtos na modalidade a distância observam a formação pretendida para os discentes, na sede e em cada um dos pólos de apoio presencial?</i>							
<i>As políticas institucionais para a oferta de produtos na modalidade a distância consideram as condições reais de cada localidade de oferta?</i>							
<i>Os métodos e técnicas didático-pedagógicas que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação da aprendizagem?</i>							
<i>Os métodos e técnicas didático-pedagógicas evidenciam práticas e ações reconhecidas como exitosas ou inovadoras no desenvolvimento dos produtos a distância?</i>							

TUCIONAIS PARA A MODALIDADE EAD

ra a modalidade a distância está articulada com o PDI e contempla o alinhamento da base tecnológica gico da sua utilização, e como é observa a formação pretendida para os discentes [na sede e nos pólos] e considerando as condições reais da localidade de oferta.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 2.7: PDI, ESTUDO PA

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se o PDI apresenta estudo pa regionais sobre a população do ensino como a contribuição do(s) curso(s)

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>A oferta e desenvolvimento de produtos a distância é orientada por estudo analítico para implantação de polos EaD?</i>							
<i>O estudo para a implantação de polos EaD previsto no PDI considera sua distribuição geográfica?</i>							
<i>O estudo para a implantação de polos EaD descrito no PDI considera aspectos regionais sobre a população do ensino médio e a demanda por cursos superiores?</i>							
<i>O estudo para a implantação de polos EaD previsto no PDI considera a movimentação dos estudantes de ensino médio em termos de número de alunos matriculados e evadidos?</i>							
<i>O estudo para a implantação de polos EaD previsto no PDI considera a contribuição dos cursos ofertados para o desenvolvimento da comunidade local/regional?</i>							
<i>O estudo para a implantação de polos EaD previsto no PDI considera os indicadores estabelecidos pelo vigente Plano Nacional de Educação - PNE?</i>							

RA IMPLANTAÇÃO DE POLOS EAD

Para implantação de polos EAD e como é considerada nesse estudo a distribuição geográfica e os aspectos no médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos, bem ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade local e os indicadores estabelecidos no PNE vigente.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 3.1: POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICAS							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se e como as ações acadêmicas de atualização curricular sistemática, programas de monitoria em uma ou mais áreas curriculares ou nacionais ou internacionais.	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
As ações acadêmico-administrativas de ensino para os cursos de Graduação estão relacionadas às políticas de ensino?							
As ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação consideram a atualização curricular sistemática dos cursos de graduação?							
As ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação consideram a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância?							
As ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação consideram a oferta de programas de monitoria em uma ou mais áreas?							
As ações acadêmico-administrativas consideram a oferta de programas de monitoria em uma ou mais áreas?							
As ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação consideram a existência de programas de nivelamento e de recuperação de lacunas na formação anterior?							

DO EIXO: 10 PONTOS PERCENTUAIS]

MICO-ADMINISTRATIVAS PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO

o-administrativas estão relacionadas às políticas de ensino para os cursos de Graduação e consideram a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância [quando previsto no PDI], a existência de u mais áreas, de nivelamento, transversais a todos os cursos, de mobilidade acadêmica com instituições internacionais, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 3.2: POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA CURSOS DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5							<i>Avalia se as ações acadêmico-administrativas são realizadas lato sensu, considerando a aprovação dos cursos em função das demandas socioeconômicas da região; adicionalmente, mais de 50%</i>
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação lato sensu?</i>							
<i>As ações acadêmico-administrativas para Cursos de pós-graduação lato sensu consideram a aprovação dos Cursos pelos colegiados da IES?</i>							
<i>As ações acadêmico-administrativas para Cursos de pós-graduação lato sensu consideram a aprovação do seu sistema de gestão pelos colegiados da IES?</i>							
<i>O sistema de gestão dos Cursos de pós-graduação lato sensu consideram o acompanhamento e a avaliação dos Cursos ofertados?</i>							
<i>O sistema de gestão dos Cursos de pós-graduação lato sensu consideram o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES?</i>							
<i>As ações acadêmico-administrativas para Cursos de pós-graduação lato sensu consideram a articulação da oferta dos Cursos com as áreas dos Cursos de graduação?</i>							
<i>O percentual de docentes dos Cursos de pós-graduação lato sensu portadores de titulação em nível de pós-graduação stricto sensu em Cursos/Programas reconhecidos é igual ou superior a 50%?</i>							
<i>Há evidências de ações acadêmico-administrativas promovidas pelos cursos de pós-graduação lato sensu reconhecidamente exitosas ou inovadoras?</i>							

ministrativas que integram o PDI estão relacionadas às políticas de ensino para os cursos de Pós-graduação
ção pelos colegiados da IES, o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados, o atendimento às
io de inserção da IES e como ocorre a articulação da oferta dos cursos lato sensu com as áreas da Gradua-
% dos docentes são mestres ou doutores e há outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 3.3: POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADM							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se as ações acadêmico-administrativas considerando sua articulação com a graduação nos programas de pós-graduação	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de Pós-graduação stricto sensu?</i>							
<i>As ações acadêmico-administrativas para os Cursos de Pós-graduação stricto sensu consideram sua articulação com a graduação?</i>							
<i>A articulação das ações acadêmico-administrativas para os Cursos de Pós-graduação stricto sensu, com a Graduação, é evidenciada pela participação da Graduação em grupos de estudo ou de pesquisa/iniciação científica?</i>							
<i>A articulação das ações acadêmico-administrativas para os Cursos de Pós-graduação stricto sensu, com a Graduação, ocorre por meio da atuação de professores dos Programas de Pós-graduação nos cursos de Graduação?</i>							
<i>A Instituição possui pelo menos um programa de pós-graduação stricto sensu avaliado, pela CAPES, com conceitos 6 ou 7?</i>							

ADMINISTRATIVAS PARA CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Administrativas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de Pós-graduação stricto sensu, Graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica e da atuação de professor stricto sensu na Graduação; **adicionalmente**, a IES possui pelo menos um programa de pós-graduação stricto sensu avaliado com conceito 6 ou 7 pela CAPES.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 3.4: POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se e como as ações acadêmicas artísticas e culturais estão em conformidade com as políticas institucionais e se são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento?	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, para a inovação tecnológica e para o desenvolvimento artístico e cultural estão em conformidade com as políticas institucionais descritas no PDI?</i>							
<i>Há evidências de garantia da divulgação no meio acadêmico das ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, para a inovação tecnológica e para o desenvolvimento artístico e cultural?</i>							
<i>As ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, para a inovação tecnológica e para o desenvolvimento artístico e cultural são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento?</i>							
<i>Há evidências de ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, para a inovação tecnológica e para o desenvolvimento artístico e cultural, reconhecidas como bem-sucedidas ou inovadoras?</i>							

A OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL

ico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento
conformidade com as políticas estabelecidas, com garantia de divulgação no meio acadêmico, são
nas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e promovem práticas
reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 3.5: POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se e como as ações acadêmicas artístico e cultural estão em conformidade com as políticas institucionais e estimuladas com programas de extensão	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As ações acadêmico-administrativas de Extensão estão relacionadas e em conformidade com as políticas institucionais de Extensão estabelecidas no PDI?</i>							
<i>As ações acadêmico-administrativas para a Extensão consideram práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa?</i>							
<i>Há evidências de garantia da divulgação no meio acadêmico de ações acadêmico-administrativas de Extensão de responsabilidade social?</i>							
<i>As ações acadêmico-administrativas de extensão são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento?</i>							

ES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A EXTENSÃO

*co-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento
conformidade com as políticas estabelecidas, com garantia de divulgação no meio acadêmico, são
as de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e promovem práticas
reconhecidamente exitosas ou inovadoras.*

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 3.6: POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se e como as ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente em áreas tecnológicas, artísticas e culturais, realizadas pela instituição, estão em conformidade com as políticas institucionais estabelecidas no PDI?

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O PDI expressa políticas institucionais orientadoras de ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente?</i>							
<i>As ações de estímulo à produção acadêmica docente estão relacionadas e em conformidade com as políticas institucionais estabelecidas no PDI?</i>							
<i>A Instituição promove ações de divulgação da produção acadêmica docente?</i>							
<i>As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente consideram a promoção de publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais?</i>							
<i>As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente compreende incentivos à participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional?</i>							
<i>As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente consideram a organização e publicação de revista acadêmico-científica indexada no Qualis?</i>							

ÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE

ímulo e difusão para a produção acadêmica promovem publicações científicas, didático-pedagógicas, incentivam a participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional, e incluem organização e publicação de revista acadêmico-científica indexada no Qualis.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 3.7: POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5							<i>Avalia se e como as políticas institucionais de acompanhamento dos egressos estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação, subsidiando ações de acompanhamento dos egressos a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional</i>
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O PDI expressa políticas institucionais de acompanhamento dos egressos?</i>							
<i>As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação?</i>							
<i>A IES adota mecanismos de acompanhamento dos egressos?</i>							
<i>Os mecanismos de acompanhamento dos egressos estão relacionados e em conformidade com as políticas institucionais estabelecidas no PDI?</i>							
<i>Os mecanismos de acompanhamento dos egressos garantem a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional?</i>							
<i>Os mecanismos de acompanhamento dos egressos consideram estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida?</i>							
<i>Estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida subsidiam ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho?</i>							
<i>Entre as ações implementadas, são promovidas ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras?</i>							

MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

As instituições garantem mecanismos de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações acadêmicas ou da inserção profissional, estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 3.8: POLÍTICA INSTITUCIONAL DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se e como a política institucional de cooperação e intercâmbio e é coerente com o conceito 5	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As iniciativas relacionadas à internacionalização ocorrem em conformidade com as políticas institucionais para a internacionalização?</i>							
<i>As iniciativas relacionadas à internacionalização compreendem atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio?</i>							
<i>As iniciativas relacionadas à internacionalização são coordenadas por um grupo regulamentado?</i>							
<i>O grupo regulamentado é responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino?</i>							
<i>O grupo regulamentado é responsável por procedimentos de mobilidade docente e discente?</i>							
<i>O PDI expressa políticas institucionais para internacionalização?</i>							

ONAL PARA INTERNACIONALIZAÇÃO

nal para a internacionalização está articulada com o PDI, apresenta atividades voltadas para programas ordenada por um grupo regulamentado, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 3.9: COMUNICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se e como os canais de comunicação (quando houver), publicam documentos institucionais relevantes, divulgam informações do portfólio dos Cursos oferecidos pela IES, divulgam informações de projetos e programas de extensão e de responsabilidade social, divulgam informações de projetos e programas de pesquisa/iniciação científica ou relacionados à inovação tecnológica e ao desenvolvimento artístico e cultural, publicam documentos institucionais relevantes, possuem mecanismos de transparência institucional, entre os canais de comunicação externa encontra-se a ouvidoria, permitem o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa, apresentam instância específica para atuar transversalmente nas áreas, promovem ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras?

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>Os canais de comunicação externa divulgam informações do portfólio dos Cursos oferecidos pela IES?</i>							
<i>Os canais de comunicação externa divulgam informações de projetos e programas de extensão e de responsabilidade social?</i>							
<i>Os canais de comunicação externa divulgam informações de projetos e programas de pesquisa/iniciação científica ou relacionados à inovação tecnológica e ao desenvolvimento artístico e cultural?</i>							
<i>Os canais de comunicação externa publicam documentos institucionais relevantes?</i>							
<i>Os canais de comunicação externa possuem mecanismos de transparência institucional?</i>							
<i>Entre os canais de comunicação externa encontra-se a ouvidoria?</i>							
<i>Os canais de comunicação externa permitem o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa?</i>							
<i>Os canais de comunicação externa apresentam instância específica para atuar transversalmente nas áreas?</i>							
<i>Os canais de comunicação externa promovem ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras?</i>							

INTERMEDIÇÃO COM A COMUNIDADE EXTERNA

Comunicação externa divulgam informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa [quando instituições relevantes, possuem mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria, permitem o acesso aos dados da avaliação interna e externa, apresentam instância específica que atua transversalmente às áreas e promovem outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 3.10: COMUNICAÇÃO DA INS

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se a comunicação da Instituição é diversificada, impressos e virtuais, favorecendo as avaliações interna e externa, di

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O processo de comunicação da IES com a comunidade interna promove a transparência institucional por meio de canais diversificados, impressos e virtuais?</i>							
<i>Os canais de comunicação da IES com a comunidade interna favorece o acesso por todos os segmentos da comunidade acadêmica?</i>							
<i>Os canais de comunicação da IES divulgam os resultados das avaliações interna e externa dos Cursos e da Instituição?</i>							
<i>Entre os canais de comunicação interna encontra-se a ouvidoria?</i>							
<i>Os canais de comunicação interna permitem o acesso e a manifestação da comunidade?</i>							
<i>Os canais de comunicação interna são utilizados para gerar insumos para a melhoria da qualidade institucional?</i>							

INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA

Interação com sua comunidade interna promove a transparência institucional, utilizando meios e canais favorecendo o acesso por todos os segmentos da comunidade acadêmica e como divulga os resultados das disponibiliza ouvidoria e fomenta a manifestação da comunidade, gerando insumos para a melhoria da qualidade institucional.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5							Avalia se e como as políticas de atendimento aos discentes em termos de acessibilidade, monitoria, nivelamento pedagógico, apresentam uma instância
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O PDI expressa políticas de atendimento aos discentes?</i>							
<i>As políticas de atendimento aos discentes contemplam programas de acolhimento e de permanência dos estudantes?</i>							
<i>As políticas de atendimento aos discentes contemplam programas de acessibilidade pedagógica e de monitoria?</i>							
<i>As políticas de atendimento aos discentes contemplam programas de nivelamento ou recuperação de lacunas de aprendizagem?</i>							
<i>As políticas de atendimento aos discentes contemplam programas de intermediação e de acompanhamento de estágios [não obrigatórios] remunerados?</i>							
<i>As políticas de atendimento aos discentes consideram ações de apoio psicopedagógico?</i>							
<i>Há uma instância na estrutura organizacional da IES, considerada nas políticas de atendimento aos alunos uma instância que coordena e permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição?</i>							
<i>A instância que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos promove ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras?</i>							

ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Atendimento aos discentes contemplam programas de acolhimento e permanência do discente, programas de estágio, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e ações de apoio psicopedagógico que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição e promovem outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 3.13: POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se e como as políticas institucionais avaliam a respeito da continuidade na vida recebida, subsidiando ações de melhoria

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As ações acadêmicas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação?</i>							
<i>A IES adota mecanismos de acompanhamento dos egressos?</i>							
<i>Os mecanismos de acompanhamento dos egressos estão relacionados e em conformidade com as políticas institucionais estabelecidas no PDI?</i>							
<i>Os mecanismos de acompanhamento dos egressos garantem a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional?</i>							
<i>Os mecanismos de acompanhamento dos egressos consideram estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida?</i>							
<i>Estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida subsidiam ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho?</i>							
<i>São promovidas ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras, entre as ações implementadas?</i>							

MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

As instituições devem garantir mecanismos de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações acadêmicas ou da inserção profissional, o estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, a melhoria relacionada às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e promovendo outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 3.13: POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se e como as políticas institucionais respeitam a continuidade na vida acadêmica e profissional recebida, subsidiando ações de melhoria.

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As ações acadêmicas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação?</i>							
<i>A IES adota mecanismos de acompanhamento dos egressos?</i>							
<i>Os mecanismos de acompanhamento dos egressos estão relacionados e em conformidade com as políticas institucionais estabelecidas no PDI?</i>							
<i>Os mecanismos de acompanhamento dos egressos garantem a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional?</i>							
<i>Os mecanismos de acompanhamento dos egressos consideram estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida?</i>							
<i>Estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida subsidiam ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho?</i>							
<i>São promovidas ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras, entre as ações implementadas?</i>							

MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

As instituições garantem mecanismos de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações acadêmicas ou da inserção profissional, o estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, a melhoria relacionada às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e promovendo outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO [PESOS]

INDICADOR 4.1: TITULO							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Verifica se o per	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>Entre os integrantes do corpo docente, o percentual de mestres e/ou doutores é igual ou superior a 80%?</i>							

DO EIXO: 20 PONTOS PERCENTUAIS]

<i>TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE</i>		
<i>percentual de docentes com titulação de mestres e doutores é igual ou superior a 80%.</i>		
MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES		
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 4.2: POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se as políticas de capacitação artísticas ou culturais, em curso

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O PDI expressa políticas institucionais de capacitação e formação continuada em relação ao corpo docente?</i>							
<i>As políticas institucionais de capacitação docente e formação continuada garantem a participação docente em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais?</i>							
<i>As políticas institucionais de capacitação docente e formação continuada garantem a participação docente em cursos de desenvolvimento pessoal?</i>							
<i>As políticas institucionais de capacitação docente e formação continuada garantem a qualificação acadêmica docente em programas de mestrado e doutorado?</i>							
<i>As políticas institucionais de capacitação docente e formação continuada demonstram a garantia da participação docente em eventos e em cursos de desenvolvimento e de qualificação acadêmica com evidências de práticas consolidadas, instituídas e do conhecimento do corpo docente?</i>							

DO DOCENTE E DE FORMAÇÃO CONTINUADA

ção e formação continuada para os docentes garantem a participação em eventos científicos, técnicos, os de desenvolvimento pessoal e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas consolidadas, instituídas e publicizadas.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 4.3: POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E DE FORMAÇÃO

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se e como as políticas de capacitação científicas, técnicas, artísticas ou culturais em Graduação e/ou

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O PDI expressa políticas institucionais de capacitação e desenvolvimento continuado para o corpo técnico-administrativo?</i>							
<i>As políticas institucionais de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo garantem a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais?</i>							
<i>As políticas institucionais de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo garantem a participação dos colaboradores em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional?</i>							
<i>As políticas institucionais de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo garantem a qualificação acadêmica dos colaboradores em nível de graduação e/ou de pós-graduação?</i>							
<i>As políticas institucionais de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo demonstram a garantia da participação dos colaboradores em eventos, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e em cursos de qualificação acadêmica com evidências de práticas consolidadas, instituídas e do conhecimento do corpo técnico-administrativo?</i>							

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

participação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo garantem a participação em eventos culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em Cursos de Pós-graduação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 4.4: POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E DE FORMAÇÃO CONTINUADA							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se e como as políticas de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores, presenciais e a distância, garantem a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais em Cursos de Graduação	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O PDI expressa políticas institucionais de capacitação, desenvolvimento e de formação continuada para o corpo de tutores, presenciais e a distância?</i>							
<i>As políticas institucionais de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores, presenciais e a distância, garantem a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais?</i>							
<i>As políticas institucionais de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores garantem a participação dos tutores em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional?</i>							
<i>As políticas institucionais de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores, presenciais e a distância, garantem a qualificação acadêmica dos tutores em nível de graduação e/ou de pós-graduação?</i>							
<i>As políticas institucionais de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores garantem práticas consolidadas, instituídas e do conhecimento do corpo de tutores</i>							

CONTINUAÇÃO PARA O CORPO DE TUTORES, PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA

Atualização e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância garantem a participação dos tutores em eventos científicos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em cursos de Pós-graduação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 4.5: PROCESSOS

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se e como os processos de... e a participação de docentes, técnicos... o mandato dos membros que...

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As finalidades, atribuições e composição dos órgãos gestores e colegiados da IES estão regulamentadas?</i>							
<i>As finalidades, atribuições e composição e formas de escolha dos integrantes dos órgãos colegiados da IES são do conhecimento da comunidade acadêmica?</i>							
<i>As reuniões colegiadas apresentam cronograma preestabelecido e mantêm registro das discussões/decisões?</i>							
<i>Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e dos colegiados?</i>							
<i>A participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada e dos tutores, quando for o caso, nos órgãos colegiados, está associada a mandatos?</i>							
<i>As discussões/decisões dos órgãos colegiados são sistematizadas e divulgadas?</i>							
<i>As discussões/decisões dos órgãos colegiados divulgadas são seguramente apropriadas pela comunidade interna?</i>							

S DE GESTÃO INSTITUCIONAL

gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados técnicos, discentes e da sociedade civil organizada e dos tutores [estes, quando for o caso], regulamentam e aprovam os órgãos colegiados e sistematizam e divulgam as decisões colegiadas, cuja apropriação pela comunidade interna é assegurada.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 4.7: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA - R							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se e como o orçamento é formado, prevê ampliação e fortalecimento de fontes de recursos e distribuição de créditos, co	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O orçamento anual da IES é formulado a partir do PDI?</i>							
<i>O orçamento anual da IES é orientado pelas políticas de ensino, extensão e pesquisa, quando for o caso, e de atendimento aos discentes?</i>							
<i>O orçamento anual da IES considera as fontes de receitas em prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos?</i>							
<i>O orçamento anual da IES apresenta estudos sobre a movimentação discente para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos?</i>							
<i>O orçamento anual da IES está articulado a políticas de gestão?</i>							
<i>O orçamento anual da IES está fundamentado em metas e resultados objetivos e mensuráveis?</i>							
<i>Os indicadores de desempenho relacionados ao orçamento estão institucionalizados e são do conhecimento dos gestores acadêmicos?</i>							

RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

*...ulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa [quando for o caso],
...o de fontes captadoras de recursos e apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da
...m metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados.*

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 4.7: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA - R

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se e como o orçamento é formado, se prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e a distribuição de créditos, caso aplicável.

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O orçamento anual da IES é formulado a partir do PDI?</i>							
<i>O orçamento anual da IES é orientado pelas políticas de ensino, extensão e pesquisa, quando for o caso, e de atendimento aos discentes?</i>							
<i>O orçamento anual da IES considera as fontes de receitas em prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos?</i>							
<i>O orçamento anual da IES apresenta estudos sobre a movimentação discente para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos?</i>							
<i>O orçamento anual da IES está articulado a políticas de gestão?</i>							
<i>O orçamento anual da IES está fundamentado em metas e resultados objetivos e mensuráveis?</i>							
<i>Os indicadores de desempenho relacionados ao orçamento estão institucionalizados e são do conhecimento dos gestores acadêmicos?</i>							

RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

*...ulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa [quando for o caso],
...o de fontes captadoras de recursos e apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da
...m metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados.*

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 4.8: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se e como o orçamento considerado pelas instâncias gestoras e acadêmicas	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
O orçamento anual da IES considera as análises do relatório de avaliação interna?							
O orçamento anual da IES considera a participação da comunidade interna e o acompanhamento das instâncias de gestão administrativa e acadêmica?							
As instâncias de gestão administrativa e acadêmica estão capacitadas para a gestão de recursos?							
As instâncias de gestão administrativa e acadêmica participam e/ou orientam a tomada de decisões internas, com impacto no orçamento?							

RA - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA

*era as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das
êmicas [estas, capacitadas para a gestão de recursos], orientando a tomada de decisões internas*

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

EIXO 5: INFRAESTRUTURA [PESO D

INDICADOR 5.1: INSTALA							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						<i>Avalia se e como instalações administrativas atendem às necessidades de manutenção e disponibilização da mar</i>	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais?</i>							
<i>As instalações administrativas consideram sua adequação às atividades a que se destinam?</i>							
<i>As instalações administrativas consideram a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica?</i>							
<i>As instalações administrativas oferecem condições de acessibilidade adequada ao público em geral?</i>							
<i>As instalações administrativas são submetidas à avaliação periódica dos espaços?</i>							
<i>As instalações administrativas consideram o gerenciamento da manutenção patrimonial?</i>							
<i>As instalações administrativas consideram a existência de recursos tecnológicos diferenciados?</i>							

[O EIXO: 30 PONTOS PERCENTUAIS]

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a guarda, de documentação acadêmica, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento manutenção patrimonial e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.2: SALAS DE AULA [NSA para a modalidade a dis

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se e como as salas de aula a avaliação periódica dos espaços

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As salas de aula atendem às necessidades institucionais?</i>							
<i>As salas de aula consideram sua adequação às atividades a que se destinam?</i>							
<i>As salas de aula oferecem condições de acessibilidade adequada às necessidades da comunidade acadêmica?</i>							
<i>As salas de aula são submetidas à avaliação periódica dos espaços?</i>							
<i>As salas de aula consideram o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas?</i>							
<i>As salas de aula oferecem recursos tecnológicos diferenciados?</i>							

estância quando não houver previsão de atividades presenciais]

atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a manutenção dos bens, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.3: AUDITÓRIO(S) [NSA para a modalidade a dis

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se o(s) auditório(s) atende(m) às condições de acessibilidade acústica e, em pelo menos um a

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>O(s) auditório(s) atende(m) às necessidades institucionais?</i>							
<i>O(s) auditório(s) oferece(m) condições de acessibilidade adequada às necessidades do público em geral?</i>							
<i>O(s) auditório(s) oferece(m) condições de conforto e de isolamento e qualidade acústica?</i>							
<i>O(s) auditório(s) dispõe(m) de recursos tecnológicos multimídia?</i>							
<i>O(s) auditório(s) disponibiliza(m) recursos de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência?</i>							
<i>O(s) auditório(s) é(são) submetido(s) à avaliação periódica dos espaços?</i>							

tância quando não houver previsão de atividades presenciais]

n) às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento e a qualidade do auditório, a existência de recursos tecnológicos multimídia, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.4: SALAS DE PROFESSORES [Considerar para a n

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se salas de professores atendem às necessidades de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As salas dos professores atendem às necessidades institucionais?</i>							
<i>As salas dos professores consideram sua adequação às atividades a que se destinam?</i>							
<i>As salas dos professores oferecem condições de acessibilidade adequada às necessidades da comunidade acadêmica?</i>							
<i>As salas dos professores são submetidas à avaliação periódica dos espaços?</i>							
<i>As salas dos professores consideram o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas?</i>							
<i>As salas dos professores oferecem recursos tecnológicos diferenciados?</i>							

modalidade a distância as salas de professores e/ou de tutores]

em às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.5: ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO AOS DISCENTES [NSA para a m

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se os espaços para atendimento, a acessibilidade, a avaliação periódica das,

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>Os espaços para atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais?</i>							
<i>Os espaços para atendimento aos discentes consideram sua adequação às atividades a que se destinam?</i>							
<i>Os espaços para atendimento aos discentes oferecem condições de acessibilidade adequada às necessidades da comunidade acadêmica?</i>							
<i>Os espaços para atendimento aos discentes são submetidos à avaliação periódica de suas condições para o atendimento?</i>							
<i>Os espaços para atendimento aos discentes consideram o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas?</i>							
<i>Os espaços para atendimento aos discentes oferecem recursos tecnológicos diferenciados e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento?</i>							

modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais]

nto aos discentes atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionaliza- e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.6: ESPAÇOS DE CO

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se os espaços de convivência e acessibilidade, a avaliação periódica

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>Os espaços disponibilizados para convivência e alimentação atendem às necessidades da comunidade acadêmica?</i>							
<i>Os espaços disponibilizados para convivência e alimentação consideram sua adequação às atividades a que se destinam?</i>							
<i>Os espaços disponibilizados para convivência e alimentação oferecem condições de acessibilidade adequada às necessidades da comunidade acadêmica?</i>							
<i>Os espaços disponibilizados para convivência e alimentação compreendem a dimensões necessárias para integração entre os membros da comunidade acadêmica?</i>							
<i>Os espaços disponibilizados para convivência e alimentação são submetidos à avaliação periódica de sua adequação às finalidades a que se destinam?</i>							
<i>Os espaços disponibilizados para convivência e alimentação consideram e oferecem serviços variados e adequados às necessidades da comunidade acadêmica?</i>							
<i>Os espaços disponibilizados para convivência e alimentação atendem às necessidades da comunidade acadêmica?</i>							

COEXISTÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO

As atividades de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a organização dos espaços, a dimensão necessária para integração entre os membros da comunidade acadêmica e a existência de serviços variados e adequados.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.7: LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS
 não houver previsão de

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às atividades, a acessibilidade, as normas e com normas com

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais?</i>							
<i>Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas consideram sua adequação às atividades a que se destinam?</i>							
<i>Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas oferecem condições de acessibilidade adequada às necessidades da comunidade acadêmica?</i>							
<i>Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas oferecem condições de segurança e apresentam normas de segurança?</i>							
<i>Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas são submetidos à avaliação periódica dos espaços?</i>							
<i>Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas consideram o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas?</i>							
<i>Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas oferecem recursos tecnológicos diferenciados?</i>							

PRÁTICAS: INFRAESTRUTURA FÍSICA [NSA para a modalidade a distância quando atividades presenciais]

Os cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação em termos de segurança, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.8: INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se a infraestrutura física e tecnológica da CPA, seus membros, as condições físicas e tecnológicas e a metodologia escolhida atendem aos requisitos de qualidade do indicador?	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais?</i>							
<i>A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA compreende o espaço de trabalho para seus membros?</i>							
<i>A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA considera as condições físicas e de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados?</i>							
<i>A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA considera a possibilidade de contratação de serviços de coleta e processamento de dados?</i>							
<i>A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA compreende recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida para o processo de autoavaliação?</i>							
<i>A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA considera a adoção de recursos ou processos comprovadamente inovadores?</i>							

ICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA

tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação da para o processo de autoavaliação e recursos ou processos comprovadamente inovadores.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.9: BIBLIOTECAS: INFRAESTRUTURA [NSA para a modalidade]

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se a infraestrutura para bibliotecas para estudos e recursos tecnológicos e

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>A infraestrutura destinada à(s) para biblioteca(s) atende às necessidades institucionais?</i>							
<i>A infraestrutura destinada à(s) para biblioteca(s) oferece condições de acessibilidade adequada às necessidades da comunidade acadêmica?</i>							
<i>A infraestrutura destinada à(s) para biblioteca(s) possui estações individuais e coletivas para estudos?</i>							
<i>A infraestrutura destinada à(s) para biblioteca(s) oferece recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo?</i>							
<i>A infraestrutura destinada à(s) para biblioteca(s) compreende espaço e condições para atendimento educacional especializado?</i>							
<i>A infraestrutura destinada à(s) para biblioteca(s) é submetida à avaliação periódica?</i>							
<i>A infraestrutura destinada à(s) para biblioteca(s) disponibiliza recursos comprovadamente inovadores?</i>							

[ade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais]

*ecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, possui estações individuais e coletivas
cos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, fornece condições para atendimento
educacional especializado e disponibiliza recursos comprovadamente.*

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.10: BIBLIOTECAS: PL

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se há plano de atualização do acervo, recursos, ações corretivas

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>Encontra-se descrito no PDI, um plano de atualização do acervo da(s) biblioteca(s)?</i>							
<i>Há alocação de recursos orçamentários destinados à atualização do acervo da(s) biblioteca(s)?</i>							
<i>Há viabilidade para a execução do plano de atualização do acervo, considerando a alocação de recursos disponibilizados?</i>							
<i>O acervo da(s) biblioteca(s) é submetido à avaliação periódica pela comunidade acadêmica?</i>							
<i>Há evidências de ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica?</i>							
<i>Existem dispositivos inovadores relacionados ao plano de atualização do acervo da(s) biblioteca(s)?</i>							

ANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

o acervo da biblioteca descrito no PDI e se há viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica e a existência de dispositivos inovadores.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.11: SALAS DE APOIO DE IN

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se as salas de apoio de inform[ação] atendem às normas de segurança, o espaço físico [e] os equipamentos, os serviços, o supor

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades institucionais?</i>							
<i>As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades considerando os equipamentos e a atualização de softwares?</i>							
<i>As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades considerando a disponibilização de normas de segurança?</i>							
<i>As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades considerando as condições do espaço físico e as condições ergonômicas das instalações?</i>							
<i>As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades considerando o acesso à internet e a acessibilidade digital que inclui recursos tecnológicos transformadores?</i>							
<i>As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente são submetidas à avaliação periódica pela comunidade acadêmica?</i>							
<i>As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente disponibilizam serviços de acompanhamento e suporte?</i>							
<i>As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente consideram a oferta de recursos de informática comprovadamente inovadores?</i>							

FORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE

ática ou estrutura equivalente atendem às necessidades institucionais, considerando os equipamentos, as, o acesso à internet, a atualização de softwares, a acessibilidade [incluindo recursos tecnológicos transformate, as condições ergonômicas e a oferta de recursos de informática comprovadamente inovadores.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.12: INS

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se as instalações sanitárias, limpeza e segurança, a acessibilidade, das

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais?</i>							
<i>As instalações sanitárias consideram sua adequação às finalidades a que se destinam?</i>							
<i>As instalações sanitárias apresentam e oferecem condições de limpeza e segurança?</i>							
<i>As instalações sanitárias oferecem condições de acessibilidade adequada às necessidades do público em geral?</i>							
<i>As instalações sanitárias são submetidas à avaliação periódica dos espaços e das condições de segurança, manutenção e limpeza?</i>							
<i>As instalações sanitárias consideram o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas?</i>							
<i>As instalações sanitárias compreendem a existência de banheiros familiares e de fraldários.</i>							

TALAÇÕES SANITÁRIAS

atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de banheiros familiares e fraldários.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.13: ESTRUTURA DOS POLOS EAD [Exclusivo para modalidade a distância com presença

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5		Avalia se e como a estrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de apoio presencial para a oferta EaD dispõem de estrutura física, tecnológica e de pessoal para atender as atividades previstas no PDI?					
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>Os polos de apoio presencial para a oferta EaD dispõem de estrutura física, tecnológica e de pessoal para atender as atividades previstas no PDI?</i>							
<i>A estrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de apoio presencial para a oferta EaD viabiliza a realização das atividades presenciais?</i>							
<i>A estrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de apoio presencial para a oferta EaD apresenta acessibilidade física e digital?</i>							
<i>A estrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de apoio presencial para a oferta EaD é adequada ao projeto pedagógico dos cursos oferecidos?</i>							
<i>A estrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de apoio presencial para a oferta EaD propicia interação entre docentes, tutores e discentes?</i>							
<i>A estrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de apoio presencial para a oferta EaD disponibiliza modelos tecnológicos e digitais aplicados aos processos de ensino e aprendizagem?</i>							
<i>As instalações e a estrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de apoio presencial para a oferta EaD são submetidas à avaliação periódica pela comunidade envolvida?</i>							
<i>A estrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de apoio presencial para a oferta EaD oferecem diferenciais aplicados aos processos de ensino e aprendizagem inovadores e comprovadamente exitosos?</i>							

visão de oferta em polos. As informações dos polos devem estar disponíveis na sede da Instituição]

tecnológica e de pessoal nos polos permite a execução das atividades previstas no PDI, viabiliza a realização de atividades de acessibilidade, é adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados, propicia interação entre polos, possui modelos tecnológicos e digitais aplicados aos processos de ensino e aprendizagem e diferenciais inovadores comprovadamente exitosos.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.14: INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA [Exclusivo para IES que pre]

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

*Avalia se e como base tecnológica exp
estabilidade da energia elétrica, a*

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>A infraestrutura tecnológica baseada em recursos da internet encontra-se explicitada no PDI por meio de recursos utilizados/ disponibilizados?</i>							
<i>A base tecnológica explicitada no PDI considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica?</i>							
<i>A base tecnológica explicitada no PDI considera a rede lógica, o acordo do nível de serviço oferecido?</i>							
<i>A base tecnológica explicitada no PDI considera a segurança da informação?</i>							
<i>A base tecnológica explicitada no PDI para a oferta de educação a distância é submetida à avaliação periódica pela comunidade acadêmica usuária?</i>							
<i>A base tecnológica explicitada no PDI para a oferta de educação a distância dispõe de um plano de contingência?</i>							
<i>A base tecnológica explicitada no PDI para a oferta de educação a distância oferece com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana?</i>							

...veem em seu PDI a adoção de metodologia baseada em recursos da Internet]

...olicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.15: INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE [Exclusivo para IES q

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5		Avalia se a infraestrutura de execu apropriados p					
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>A infraestrutura de execução e suporte para a oferta de educação a distância atende às necessidades institucionais?</i>							
<i>A infraestrutura de execução e suporte para a oferta de educação a distância considera a disponibilidade de serviços?</i>							
<i>A infraestrutura de execução e suporte para a oferta de educação a distância utiliza os meios apropriados para sua oferta?</i>							
<i>A infraestrutura de execução e suporte para a oferta de educação a distância dispõe de um plano de contingência e/ou redundância?</i>							
<i>A infraestrutura de execução e suporte para a oferta de educação a distância é submetida à avaliação periódica pela comunidade acadêmica usuária?</i>							
<i>A infraestrutura de execução e suporte para a oferta de educação a distância considera a expansão dos recursos de internet?</i>							

que preveem em seu PDI a adoção de metodologia baseada em recursos da Internet]

ção e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios para sua oferta, apresentando um plano de contingência, redundância e expansão.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.16: PLANO DE EXPANSÃO

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se há viabilidade para executar metas objetivas e mensuráveis, p

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>Encontra-se descrito no PDI, um plano de atualização de equipamentos?</i>							
<i>Há alocação de recursos orçamentários destinados à atualização de equipamentos?</i>							
<i>Há viabilidade para a execução do plano de atualização de equipamentos, considerando a alocação de recursos disponibilizados?</i>							
<i>O acervo dos equipamentos disponibilizados é submetido à avaliação periódica pela comunidade acadêmica?</i>							
<i>Há evidências de ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo de equipamentos pela comunidade acadêmica?</i>							
<i>O plano de atualização de equipamentos é acompanhado com base em metas objetivas e mensuráveis e com o uso de indicadores de desempenho?</i>							
<i>Existem dispositivos inovadores relacionados ao plano de atualização dos equipamentos descrito no PDI?</i>							
<i>Há evidências de ações associadas à correção do plano de expansão e atualização de equipamentos?</i>							

EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

o plano de expansão e atualização de equipamentos descrito no PDI, com acompanhamento baseado em indicadores de desempenho e, adicionalmente, se há ações associadas à correção do plano.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.17: RECURSOS DE TECNOLOGIA

REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5

Avalia se os recursos de tecnologia de informação e comunicação administrativas, garantem a aceitação dos membros da comunidade acadêmica?

MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS

ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
<i>Os recursos de tecnologias de informação e comunicação – TICs contribuem para assegurar a execução do PDI?</i>							
<i>Os recursos de tecnologias de informação e comunicação – TICs viabilizam as ações acadêmico-administrativas?</i>							
<i>Os recursos de tecnologias de informação e comunicação – TICs garantem a acessibilidade comunicacional da comunidade acadêmica?</i>							
<i>Os recursos de tecnologias de informação e comunicação – TICs permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica?</i>							
<i>Os recursos de tecnologias de informação e comunicação – TICs são submetidos à avaliação periódica pela comunidade acadêmica?</i>							
<i>Os recursos de tecnologias de informação e comunicação – TICs apresentam soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras?</i>							

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-comunicacionais, permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e apresentam soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras.

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

INDICADOR 5.18: AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA [Exclusivo para modalidade a distância na modalidade a distância, conforme disposto no PDI da IES]							
REQUISITOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO INDICADOR ASSOCIADOS AO CONCEITO 5						Avalia se e como o ambiente virtual de aprendizagem, conforme disposto no PDI da IES, atende aos requisitos referenciados.	
MOMENTO 1: COLETA DE PERCEPÇÕES E REGISTRO DE EVIDÊNCIAS							
ASPECTOS A CONSIDERAR	VALORAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS						EVIDÊNCIAS QUE JUSTIFICAM O CONCEITO ATRIBUÍDO
	1	2	3	4	5	N	
A IES dispõe de ambiente virtual de aprendizagem – AVA, integrado com o sistema acadêmico?							
O ambiente virtual de aprendizagem – AVA atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para o ensino EaD, estabelecidas no PDI da IES?							
O ambiente virtual de aprendizagem – AVA atende garante a interação entre docentes, discentes e tutores?							
O ambiente virtual de aprendizagem – AVA é submetido à avaliação periódica pela comunidade envolvida?							
O ambiente virtual de aprendizagem – AVA utiliza e adota recursos inovadores?							

*ância e para as IES que visam a ofertar ou ofertam cursos com disciplinas [integral ou parcialmente]
me Portaria nº1.134 de 10/10/2016]*

*ual de aprendizagem - AVA está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-
o nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, garantindo a interação
ntre docentes, discentes e tutores, com adoção de recursos inovadores.*

MOMENTO 2: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU FRAGILIDADES	PROPOSTAS DE AÇÕES

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem a atribuição de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, seja ela pública ou privada, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Com o intuito de contribuir com as CPAs das Instituições de Ensino Superior, associadas à ANEC, foi que esta coletânea foi pensada, elaborada e produzida durante o primeiro semestre de 2018, chegando-se a este conjunto de informações importantes para o processo avaliativo e auto-avaliativo das Instituições de Ensino Superior.

Acredita-se que as diversas informações contidas neste material são fundamentais para o aprofundamento e orientações às IES, em suas CPAs e que comungam com os processos de uma gestão humanizada, participativa e preocupada com a qualidade

da educação. Certamente com o conteúdo, a compreensão dos profissionais que fazem parte das CPAs sobre os processos que envolvem este serviço foi ampliada e aprofundada.

Sabe-se que todo material como este tem seus limites e não consegue abarcar toda a realidade que envolve o assunto, mas a metodologia utilizada na construção do mesmo demonstra que o trabalho coletivo e partilhado entre estes profissionais é fundamental para o alcance dos objetivos e as avaliações sistematizadas e contínuas das IES.

REFERÊNCIAS

BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (Orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 12 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Seção 1, p. 3-4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 4 jul. 2018.

_____. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 18 dez. 2017a. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm>. Acesso em: 4 jul. 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Nota Técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES**. Nota técnica explicativa dos instrumentos de avaliação externa. Brasília: INEP, 2017b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf>. Acessado em: 4 jul. 2018.

_____. Portaria nº 1.382, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extratos, os indicadores dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 1 nov. 2017c. Seção 1, p. 14. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1382-2017-10-31.pdf>>. Acesso em 4 jul. 2018.

_____. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 12 jul. 2004. Seção 1, p. 12. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2018.

CAPPELLETTI, Isabel Franchi. Avaliação institucional: processo de autocrítica e transformação. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**, Brasília, ano 15, n. 21, p. 95-98, out. 1997.

CUNHA, M.I. **A avaliação da Educação Superior**. CEA – Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, MEC/SESU, abril de 2003, mimeo.

DEMO, Pedro. **A pesquisa como princípio educativo**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

FERREIRA, Maurício da Silva; FREITAS, Antônio Alberto da Silva Monteiro. Implicações da avaliação institucional na gestão universitária: a experiência da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 1, p. 201-221, mar. 2017.

MABA, Elita Grosch; MARINHO, Sidnei Vieira. A autoavaliação institucional no processo de tomada de decisão em IES: estudo de caso das faculdades. **Avaliação**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 445-480, jul. 2012.

PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, Albano; NÓVOA, Antônio (Orgs.). **Avaliações em educação: novas perspectivas**. Porto, Portugal: Porto Editora LDA, 1993, p. 171-191.

SCARTON, Alessandra Maria et al. (Orgs.). **Avaliação institucional em IES comunitárias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SOUZA, Nali de Jesus de. Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-99725-03-0



9 788599 725030

Agradecemos a leitura desta Coletânea que foi idealizada para compartilhar conhecimento relevante, sobre a **CPA**, às nossas IES associadas, pois acreditamos que a melhor forma de **evoluir** é por meio da **educação e educação de qualidade**.

Nosso agradecimento também a todos os **especialistas** que se dedicaram a escrever seus valiosos conhecimentos em cada página deste projeto.

Que todos possam refletir sobre o conteúdo apresentado e utilizá-lo para desenvolver **insights** importantes para suas Instituições de Ensino Superior.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL